



O GRITO DOS INDIGNADOS

- Como interpretar a voz das ruas
- Copa do Mundo: gastos desvirtuados
- Manifestações: participação política já!
- Consumo: outra porta da cidadania?

ECONOMIA

- A redução da pobreza
- Amazônia e desenvolvimento
- O sistema agrícola na UTI

INDÍGENAS

- O direito à diferença
- A ameaça da PLP 227

Clima: é inevitável o suicídio?
A indústria anti-ecológica
Escola, poder e democracia

REFLEXÃO

PORTAL ECODEBATE CIDADANIA & MEIO AMBIENTE

O PARAÍSO NÃO ESTÁ PERDIDO

SE VOCÊ BUSCA ALTERNATIVAS CAPAZES
DE VIABILIZAR UM MUNDO MELHOR,
JUNTE-SE A NÓS NA DISCUSSÃO
DOS PROBLEMAS, DESAFIOS E AMEAÇAS
À SUSTENTABILIDADE DE NOSSO PLANETA.



**AQUI VOCÊ ENCONTRA A INFORMAÇÃO FUNDAMENTAL
PARA A COMPREENSÃO CRÍTICA DA REALIDADE**

www.ecodebate.com.br

- 6 As multidões nas ruas: como interpretar**
As redes sociais que movimentam milhares de pessoas podem representar um salto civilizatório que definirá um rumo novo à história de toda a humanidade. *Por Leonardo Boff*
- 8 Copa do Mundo: gastos públicos excessivos e desvirtuados**
As reivindicações populares podem ser resumidas no canto popular: 'Da copa, da copa eu abro mão, quero o dinheiro para saúde, moradia e educação'. *Entrevista com Rafael Bittencourt*
- 10 O combustível das manifestações e participação política**
Os móveis dos protestos que tomaram as ruas em junho deste ano refletem a urgente necessidade de mudanças radicais na relação entre nação e Estado. *Entrevista com Luiz Werneck Vianna*
- 13 Consumo, a porta de entrada da cidadania**
A população brasileira começa a enxergar a viabilidade de um recall também para quem não se mostra capaz de fazer bom uso do mandato popular que lhe foi delegado. *Por Flávio Rocha*
- 16 A redução da pobreza no Brasil**
Estudo apresentado no XXV Fórum Nacional do BNDES, em maio de 2013, documenta a redução da pobreza, que caiu em cerca de 70% em 1970 para 10% em 2011. *Por José Eustáquio Diniz Alves*
- 18 Soja, cana e pecuária avançam sobre o Centro-Oeste**
O crescimento da produção do agronegócio traz como consequência o avanço da fronteira agrícola, a substituição de culturas, a degradação de solo e o desflorestamento.)
- 20 Brasil com S: a Amazônia e o desenvolvimento sustentado**
Os recursos e potencialidades da Amazônia conferem ao Brasil incontestável primazia e liderança no cenário socioeconômico-ecológico planetário. *Por João de Deus Barbosa Nascimento Júnior*
- 25 Floresta Amazônica: pesquisa sobre a influência do desmatamento**
A revista Nature destaca o projeto concebido por Thomas Lovejoy e desenvolvido em cooperação entre o Inpa e o Smithsonian Institution, dos Estados Unidos. *por Frances Jones*
- 26 A garantia do direito à diferença**
A política de "integração" via "desintegração" dos povos indígenas demonstra que as leis relativas aos direitos indígenas são cumpridas apenas quando interessam às elites brasileiras. *Por Antonio Brand*
- 29 PLP 227**
Pesquisador do Instituto Socioambiental analisa a tentativa da bancada ruralista em legalizar o latifúndio em terras indígenas via projeto de lei que fere frontalmente a Constituição. *Por Márcio Santilli*
- 30 O sistema agrícola e alimentar está na UTI**
O alimento deixou de ser um direito primário: a cadeia de produção e de distribuição do agronegócio auferi lucros extraordinários enquanto mais de 1 bilhão de indivíduos passa fome. *Por Esther Vivas*
- 32 É inevitável o suicídio coletivo?**
A ciência climática não permite dúvidas: de 12 mil estudos científicos sobre o tema em 20 anos, 98,4% confirmam as previsões sobre o aquecimento global! *Por Rubens Ricúpero*
- 34 Escola, poder e democracia**
A escola pública e democrática está longe de ser realidade face às desarticuladas propostas pedagógicas e à forma autoritária como os gestores da educação organizam suas redes de ensino. *Por Nei Alberto Pies*



Caros amigos,

As robustas manifestações que tomaram as ruas do país com extensa pauta de reivindicações também encampada por quem não desceu ao asfalto – vide o despencar dos índices de popularidade de gestores públicos e da classe política em seu todo – sinalizam que o gigante adormecido despertou. O que levou a nação, de forma espontânea e não politicamente manipulada, a essa “prima-vera brasileira”? Certamente a exigência de um “Brasil brasileiro, onde o povo realmente conta e quer contribuir para a refundação do país sobre outras bases mais democrático participativas, mais éticas e com formas menos malvadas de relação social”, como sublinha Leonardo Boff no artigo que abre a série de pontos de vista sobre o “grito dos indignados” em busca de cidadania plena.

Vimos os setores sociais mais ressentidos protestarem por sua exclusão, pelo não reconhecimento e pelas políticas públicas que não funcionam. Afinal, muito além das reivindicações setoriais, ficou explícito que “a política de presidencialismo de coalizão, da forma como a praticamos, demonstrou seu esgotamento, levou à desmoralização da política com o “toma lá, dá cá” e a compra de votos. O sinal é muito forte para não ser ouvido e bem interpretado”, salienta o professor e pesquisador Luiz Werneck Vianna em entrevista aqui publicada.

Todos os deslizos e abusos impostos à nação brasileira foram e continuam a ser denunciados, ecoando em cada indivíduo e na mente coletiva das redes sociais. Dos gastos perdulários com a Copa do Mundo, que descaracterizam e afastam dos estádios o torcedor de baixa renda, à possibilidade do exercício de “recall” de políticos, nenhum aspecto socioeconômico negativo escapa à pauta de exigências. Até porque o país progride, como revelam o recém-publicado IDHM 2012 e o estudo da pesquisadora Sonia Rocha, que evidencia ter a pobreza no país caído de cerca de 70%, em 1970, para 10%, em 2011. Antes tarde do que nunca!

Também nesta edição, João de Deus Barbosa Nascimento Júnior revela porque os recursos e potencialidades da Amazônia conferem a nosso país incontestável primazia e liderança no cenário socioeconômico-ecológico planetário. E Antonio Brand dissecou a questão dos direitos indígenas, que há 500 anos são respeitados apenas quando interessam às elites brasileiras.

Hélio Carneiro
Editor



A REVISTA CIDADANIA & MEIO AMBIENTE
É UMA PUBLICAÇÃO DA CÂMARA DE CULTURA
EM PARCERIA COM A CORTEZ CONSULTORIA,
ASSESSORIA E REPRESENTAÇÕES -
CNPJ Nº 56.798.390/0001-41

Telefax Rio de Janeiro (21) 2487-4128
Telefax Mangaratiba (21) 2780-2055
Celulares (21) 8197-6313 . 8549-1269

cultura@camaradecultura.org
www.camaradecultura.org

REPRESENTANTE COMERCIAL - BRASIL
Armazem Eventos e Publicidade
PABX (61) 3034 8677
atendimento@armazemeventos.com.br

REPRESENTANTE COMERCIAL - SÃO PAULO
EKOS & ETHOS - Gino Trédici Neto
Celulares (11)99382-5859 - 98423-5035
trédici.neto@hotmail.com



Diretora Regina Lima
regina@camaradecultura.org

Editor Hélio Carneiro
carneiro@camaradecultura.org

Subeditor Henrique Cortez
henrique@camaradecultura.org

Projeto Gráfico Lucia H. Carneiro
lucia@camaradecultura.org

Colaboraram nesta edição

Agência Brasil
Antonio Brand
Comitê Popular de Atingidos pela Copa
Esther Vivas
Flávio Rocha
Frances Jones
IHU On-Line
Imazon/SAD
João de Deus B. Nascimento Júnior
José Eustáquio Diniz Alves
Leonardo Boff
Luiz Werneck Vianna
Márcio Santilli
Nei Alberto Pies
Rafael Bittencourt
Rubens Ricúpero
Vivian H. Capacle Correa



Visite o portal EcoDebate
www.ecodebate.com.br

Uma ferramenta de incentivo ao conhecimento e à reflexão através de notícias, informações, artigos de opinião e artigos técnicos, sempre discutindo cidadania e meio ambiente, de forma transversal e analítica.

Cidadania & Meio Ambiente também pode ser lida e/ou baixada em pdf no portal www.ecodebate.com.br

A Revista Cidadania & Meio Ambiente não se responsabiliza pelos conceitos e opiniões emitidos em matérias e artigos assinados.
Editada e impressa no Brasil.





*SONIA MARIA,
beneficiada pelo
Saúde da Família*

**O Governo do Distrito
Federal criou as
Clínicas da Família.
Já são 7 no DF.**

A saúde do Distrito Federal ainda não está do jeito que a gente quer, mas muita coisa já mudou. Quem precisa de atendimento médico básico ou odontológico já pode contar com a Clínica da Família. Antes não havia nenhuma, hoje já são 7. As clínicas fazem parte do Saúde da Família, programa que recebeu atenção especial do Governo do Distrito Federal com o aumento do número de equipes e da cobertura de atendimento. Ainda há muito a ser feito, mas, para melhorar a saúde, o GDF está chegando junto.

**PARA SABER MAIS OU
PARA FAZER CRÍTICAS E
SUGESTÕES, LIGUE 160.**



*GUILHERME NEVES
recebendo atendimento
odontológico na
Clínica da Família*

As multidões nas ruas: como interpretar?

As redes sociais que movimentam milhares de pessoas podem representar um salto civilizatório que definirá um rumo novo à história de toda a humanidade.

por Leonardo Boff

Um espírito de insurreição de massas humanas está varrendo o mundo todo, ocupando o único espaço que lhes restou: as ruas e as praças. O movimento está apenas começando: primeiro no norte da África, depois na Espanha com os “indignados”, na Inglaterra e nos USA com os “occupies” e no Brasil com a juventude e outros movimentos sociais. Ninguém se reporta às clássicas bandeiras do socialismo, das esquerdas, de algum partido libertador ou da revolução.

Todas estas propostas ou se esgotaram ou não oferecem o fascínio suficiente para mover as massas. Agora são temas ligados à

vida concreta do cidadão: democracia participativa, trabalho para todos, direitos humanos pessoais e sociais, presença ativa das mulheres, transparência na coisa pública, clara rejeição a todo tipo de corrupção, um novo mundo possível e necessário. Ninguém se sente representado pelos poderes instituídos que geraram um mundo político palaciano, de costas para o povo ou manipulando diretamente os cidadãos.

Representa um desafio para qualquer analista interpretar tal fenômeno. Não basta a razão pura; tem que ser uma razão holística que incorpora outras formas de inteligência, dados racionais, emocionais e arquetí-

picos e emergências, próprias do processo histórico e mesmo da cosmogênese. Só assim teremos um quadro mais ou menos abrangente que faça justiça à singularidade do fenômeno.

Antes de mais nada, importa reconhecer que é o primeiro grande evento, fruto de uma nova fase da comunicação humana, esta totalmente aberta, de uma democracia em grau zero que se expressa pelas redes sociais. Cada cidadão pode sair do anonimato, dizer sua palavra, encontrar seus interlocutores, organizar grupos e encontros, formular uma bandeira e sair à rua. De repente, formam-se redes de redes que movimentam

milhares de pessoas para além dos limites do espaço e do tempo. Esse fenômeno precisa ser analisado de forma acurada porque pode representar um salto civilizatório que definirá um rumo novo à história, não só de um país mas de toda a humanidade. As manifestações do Brasil provocaram manifestações de solidariedade em dezenas e dezenas de outras cidades no mundo, especialmente na Europa. De repente o Brasil não é mais só dos brasileiros. É uma porção da humanidade que se identifica como espécie, numa mesma Casa Comum, ao redor de causas coletivas e universais.

Por que tais movimentos massivos irromperam no Brasil agora? Muita são as razões. Atendo-me apenas a uma. E voltarei a outras em outra ocasião.

Meu sentimento do mundo me diz que, em primeiro lugar, se trata de um *efeito de saturação*: o povo se saturou com o tipo de política que está sendo praticada no Brasil, inclusive pelas cúpulas do PT (resguardando as políticas municipais do PT que ainda guardam o antigo fervor popular). O povo se beneficiou dos programas da bolsa família, da luz para todos, da minha casa minha vida, do crédito consignado; ingressou na sociedade de consumo. E agora o que? Bem dizia o poeta cubano Ricardo Retamar: “*o ser humano possui duas formas: uma de pão que é saciável; e outra de beleza que é insaciável*”. Sob beleza se entende educação, cultura, reconhecimento da dignidade humana e dos direitos pessoais e sociais como saúde com qualidade mínima e transporte menos desumano.

Essa segunda fome não foi atendida adequadamente pelo poder público seja do PT ou de outros partidos. Os que mataram sua fome querem ver atendidas outras fomes, não em ultimo lugar, a fome de cultura e de participação. Avulta a consciência das profundas desigualdades sociais que é o grande estigma da sociedade brasileira. Esse fenômeno se torna mais e mais intolerável na medida em que cresce a consciência de cidadania e de democracia real. Uma democracia em sociedades profundamente desiguais como a nossa, é meramente formal, praticada apenas no ato de votar (que no fundo é o poder escolher o seu “ditador” a cada quatro anos, porque o candidato uma vez eleito, dá as costas ao povo e pratica a política palaciana dos partidos). Ela se mostra como uma farsa coletiva. Essa farsa está sendo desmascarada. As



“ Nas ruas, as massas querem um Brasil brasileiro, onde o povo conta e quer contribuir para uma refundação do país sobre outras bases mais democrático-participativas, mais éticas e com formas menos malvadas de relação social. ”

massas querem estar presentes nas decisões dos grandes projetos que as afetam e que não são consultadas para nada. Nem falemos dos indígenas cujas terras são sequestradas para o agronegócio ou para a indústria das hidrelétricas.

Esse fato das multidões nas ruas me faz lembrar a peça teatral de Chico Buarque de Holanda e Paulo Pontes escrita em 1975 – “A Gota d’água”. Atingiu-se agora a gota d’água que fez transbordar o copo. Os autores de alguma forma intuíram o atual fenômeno ao dizerem no prefácio da peça em forma de livro: “*O fundamental é que a vida brasileira possa, novamente, ser de-*

volvida, nos palcos, ao público brasileiro... Nossa tragédia é uma tragédia da vida brasileira”. Ora, esta tragédia é denunciada pelas massas que gritam nas ruas. Esse Brasil que temos não é para nós; ele não nos inclui no pacto social que sempre garante a parte de leão para as elites. Querem um Brasil brasileiro, onde o povo conta e quer contribuir para uma refundação do país, sobre outras bases mais democrático-participativas, mais éticas e com formas menos malvadas de relação social.

Esse grito não pode deixar de ser escutado, interpretado e seguido. A política poderá ser outra daqui para frente. ■



Leonardo Boff – Doutor em teologia pela Universidade de Munique, professor de teologia sistemática e ecumênica, de ética, filosofia da religião e de ecologia filosófica na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, e um dos iniciadores da teologia da libertação, tendo sido em 1985 condenado a um ano de silêncio obsequioso pelo ex-Santo Ofício, por suas te-

ses no livro **Igreja: carisma e poder** (Record). É assessor de movimentos populares e conhecido como professor e conferencista no país e no estrangeiro nas áreas de teologia, filosofia, ética, espiritualidade e ecologia.

A partir dos anos 80 começou a aprofundar a questão ecológica como prolongamento da teologia da libertação, pois não somente se deve ouvir o grito do oprimido, mas também o grito da Terra porque ambos devem ser libertados. Em razão deste compromisso participou da redação da Carta da Terra junto com M. Gorbachev, S. Rockfeller e outros. Autor de inúmeras obras, entre as quais – “Ecologia: grito da Terra, grito do pobre” (Sextante), “Depois de 500 anos: que Brasil queremos?” (Vozes), “Virtudes por um outro mundo possível” (3 vol – Vozes), e foi agraciado com vários prêmios. Artigo originalmente publicado pelo autor em seu blogue pessoal <http://leonardoboff.wordpress.com/>, e em EcoDebate (04/07/2013).



atingidoscopa2014.wordpress.com

Copa do Mundo: gastos públicos excessivos e desvirtuados

As reivindicações podem ser resumidas no canto popular: ‘Da copa, da copa eu abro mão, quero o dinheiro para saúde, moradia e educação’”, diz membro do Comitê Popular de Atingidos pela Copa – COPAC.

Entrevista com Rafael Bittencourt, do Comitê Popular de Atingidos pela Copa – COPAC.

IHU On-Line – QUE AVALIAÇÃO FAZ DAS MANIFESTAÇÕES QUE ESTÃO ACONTECENDO EM BELO HORIZONTE?

Rafael Bittencourt – A primeira avaliação que o Comitê faz dessas grandes manifestações de massa é que elas proporcionaram uma concentração muito grande para a população mineira sobre os impactos sociais e as violações de direitos. Ficou claro que a realização desses megaeventos está sendo feita em detrimento de prioridades públicas no nosso estado. Tanto é que todas as manifestações se dirigiram em direção ao Mineirão e ao chamado território Fifa, um espaço na nossa cidade que está privatizado. As manifestações tentaram conter esse bloqueio colocado pela força de segurança pública, que quer proteger um espaço da nossa cidade para uma empresa estrangeira. As reivindicações podem ser resumidas no canto popular: “Da Copa, da Copa eu abro mão, quero o dinheiro para saúde, moradia e educação”.

IHU On-Line – NA MANIFESTAÇÃO DE ONTEM (26-06-2013) HOUVE CONFRONTO COM A POLÍCIA? O LIMITE ESTABELECIDO ENTRE A POLÍCIA E O COPAC FOI RESPEITADO?

R.B. – O Copac publicou uma nota manifestando preocupação com a segurança dos manifestantes, e dizendo que, em nossa visão, havia duas opções: ou o governo do estado autorizava a entrada dos manifestantes no perímetro Fifa, ou cancelasse o jogo entre Brasil e Uruguai (Copa das Confederações). Isso porque, se mantivessem a mesma postura de repressão aos manifestantes que desejavam adentrar o período Fifa, seria possível que acidentes acontecessem, ocasionando até alguma morte.

Diante disso, o governador chamou o Copac na terça-feira à noite para uma reunião. A ata da reunião foi divulgada e chegamos ao acordo de que haveria uma flexibilização da barreira policial: ela se manteria 300

metros acima da distância que estava se mantendo até então, e ali seria colocada uma barreira física para que os manifestantes, quando chegassem, não enfrentassem os policiais. Isso foi feito, mas não foi suficiente para conter a indignação dos manifestantes. Estiveram presente na manifestação cerca de cem mil pessoas. Alguns focos de conflito aconteceram e a polícia respondeu de forma repressiva e truculenta.

O segundo acordo que fizemos era de que a PM não iria generalizar a força repressiva a toda manifestação, mas iria se conter apenas nos focos de conflito, porque o discurso é de que os conflitos surgem com grupos menores, de pessoas mal-intencionadas. O ganho para o movimento foi que o governador aceitou receber o Copac e a Assembleia Popular Horizontal num outro encontro para discutir as pautas políticas, na próxima semana.

IHU On-Line – Vocês já têm uma pauta política para apresentar ao governador?

R.B. – Há um consenso estabelecido em torno da questão do transporte, ou seja, a redução do preço da passagem de ônibus em Minas Gerais e região metropolitana, passe livre no âmbito do estado, e revisão dos contratos de concessão do transporte público.

Sobre a questão da educação, propomos o pagamento do piso para os professores da rede estadual. Temos também a proposta de desmilitarização da polícia e ainda estamos elaborando os pontos mais concretos dessa proposta. Em relação à saúde, mencionamos o repasse do orçamento da saúde no estado, e ainda, em relação à moradia, a regularização fundiária das comunidades para evitar o despejo por conta das obras da Copa do Mundo.

IHU On-Line – O Copac questiona os gastos públicos para a realização dos eventos esportivos. Quais são as críticas?

R.B. – O que deixa mais nítido os gastos públicos excessivos e desvirtuados com a Copa do Mundo é a reforma do estádio Mineirão, estádio-sede do evento em Belo Horizonte, o qual sempre foi um patrimônio público popular, tradicional, cultural da cidade. Ele passou por uma reforma onde foram previstos R\$600 milhões, mas nem sabemos calcular quanto foi gasto. Depois de ser inteiramente reformado, ele foi praticamente entregue, doado à iniciativa privada num contrato de parceria público-privada, que agora está na mão do consórcio Minas Arena. Então, foi investido recurso público para o estádio posteriormente ser doado, entregue, a um consórcio privado que irá explorar os lucros desse espaço que, até então, era público.

Outra crítica diz respeito à elitização do estádio, que foi colocado nos moldes europeus das chamadas “arenas”. Isso excluiu a maior parcela da população de Minas Gerais de ter acesso ao espetáculo do futebol, porque os preços dos ingressos foram muito altos. O próprio modelo do estádio não permite mais arquibancadas, nem uso de bandeiras como era feito até então, da forma tradicional, festiva e cultural.

IHU On-Line – Como aconteceu o processo de remoção das famílias em função das obras da Copa em BH?

R.B. – Ocorreram dois padrões diferentes de remoções. As remoções legais, que obedecem ao procedimento público estabelecido, e as ilegais. A respeito da primeira, se evidencia que as alternativas da remoção geralmente são reassentamento ou indenizações, que nun-



“Os estádios foram elitizados nos moldes das “arenas” europeias, com preços de ingressos altos que exclui a maior parcela da população.”

ca são realizados de maneira satisfatória para reassentar as famílias por via de construção de novas unidades ou por via de indenização. As famílias nunca são reassentadas em condições equivalentes às moradias anteriores. Então, essas famílias geralmente são removidas e acabam sendo expulsas para as regiões periféricas da região metropolitana de Belo Horizonte. Nesse processo acontece a violação do direito à cidade, porque as pessoas são removidas dos espaços mais valorizados, onde têm acesso aos equipamentos públicos de saúde, educação, lazer e transporte de qualidade.

Em relação às remoções ilegais, posso citar o caso da Vila da Paz, que em janeiro deste ano recebeu uma notificação por parte dos fiscais da prefeitura de Belo Horizonte, de que deveriam deixar a vila. Conseguiu-se mobilizar a Defensoria Pública para entrar com uma ação suspendendo essa tentativa ilegal de remoção, que foi suspensa por ordem judicial. Mas, 45 dias depois, houve um incêndio criminoso que destruiu mais de 15 casas da vila.

IHU On-Line – Como o Copac se posiciona diante da Lei Geral da Copa?

R.B. – A nossa posição é de suspensão da Lei Geral da Copa. Entendemos que ela é uma violação à soberania nacional. O Estado brasileiro não pode se submeter a caprichos, a necessidade e a imposições de uma empresa privada estrangeira. Essa Lei Geral da Copa apresenta questões absurdas.

IHU On-Line – Gostaria de acrescentar algo?

R.B. – O Comitê já vinha trabalhando com denúncias em relação às violações do direito ao trabalho, em Minas Gerais. Cerca de 150 trabalhadores informais – barraqueiros – que trabalhavam no Mineirão antes da reforma, foram expulsos, e até hoje o Estado não procurou alguma alternativa para restituir o suporte de trabalho desses barraqueiros. Também tinha uma feira de artesanato no Mineirinho há mais de dez anos, com mais de 500 expositores que foram retirados para dar lugar a estacionamentos nos dias de jogo da Copa das Confederações. Até hoje o Estado ainda não apresentou nenhuma alternativa para a da continuidade da feira. ■

Rafael Bittencourt – a Membro do Comitê Popular de Atingidos pela Copa – COPAC. Artigo publicado pela IHU On-line [IHU On-line é publicada pelo Instituto Humanitas Unisinos - IHU, da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos, em São Leopoldo, RS.] e no Portal EcoDebate (01/07/2013).

O COMBUSTÍVEL DAS MANIFESTAÇÕES



Luiz - São Paulo's Eyes

A busca por reconhecimento e participação política

O professor e pesquisador Luiz Werneck Vianna analisa os móveis dos protestos que tomaram as ruas em junho, e reflete sobre a urgente necessidade de mudanças radicais na relação entre nação e Estado como exige a “voz das ruas”.

Entrevista com Luiz Werneck Vianna

IHU ON-LINE – COMO PODEMOS COMPREENDER AS MANIFESTAÇÕES SEM LIDERANÇAS QUE OCORRERAM EM VÁRIAS CAPITAIS BRASILEIRAS? O QUE ELAS SIGNIFICAM?

Werneck Vianna – De um lado, o afastamento imenso da população, em especial dos jovens, da política e dos partidos políticos. Esse é o primeiro ponto, muito evidente. O porquê do movimento, aparentemente por um motivo quase banal – o aumento irrisório do preço das passagens –, ter desencadeado esta proporção só pode ser entendido como um sentimento que vem se acumulando de exclusão e insatisfação. Ao lado disso, se nas ruas não há vestígios de organização, as redes sociais estão absurdamente dominadas por um diálogo interminável a respeito da situação da geração atual, que tomou forma a partir de um episódio que podia ser entendido como algo de menor expressão. O fato também de terem sido rechaçados por uma repressão muito forte, após seus primeiros movimentos, incendiou a imaginação. Enfim, essa geração se pôs no mundo e está aí a sua marca.

Por outro lado, é preciso considerar que esse país tem passado por mudanças muito significativas na sua composição social, na sua demografia, na sua estrutura de classes. Há uma nova classe média, não a classe dita “C”, relacionada a esses programas governamentais, como o Bolsa Família. É uma classe média dos novos serviços, das novas ocupações, que é muito diferente das classes médias tradicionais, tal como havíamos conhecido. Trata-se de uma classe média de um novo tipo. E ela está sem perspectiva quanto ao seu projeto de vida. Além do mais, os setores baixos dessa classe média estão cultivando um ressentimento muito grande. Este ressentimento se manifestou na raiva com que essas manifestações se deram.

IHU ON-LINE – NA ESPANHA, AS MANIFESTAÇÕES DOS INDIGNADOS DO MOVIMENTO 15M DEMONSTRARAM UM DESCONFORTO ECONÔMICO, POLÍTICO E SOCIAL. AS MESMAS RAZÕES MOTIVAM AS MANIFESTAÇÕES NO BRASIL, OU ELAS SÃO DE OUTRA ORDEM?

W.V. – Acho que não são as mesmas razões. O tema aqui é mais político e cultural. É um sentimento de exclusão da arena pública. A falta de participação dessa geração na política é algo que chama a atenção. Por outro lado, a busca por reconhecimento social desses grupos emergentes das classes médias é muito forte e o tema do reconhecimento é muito associado ao tema do ressentimento. As pessoas querem ser reconhecidas, querem que sua dignidade e identidade sejam respeitadas, legitimadas. O tema do reconhecimento, por um lado, e o da participação política, por outro, foram o combustível dessa movimentação. Não creio que isso esteja vinculado diretamente a causas econômicas. Até porque, como se observa, do ponto de vista da economia, há no país – e as pesquisas indicam isso – um sentimento de satisfação, de que a vida tem melhorado e pode melhorar ainda mais. A França da Revolução Francesa – anotou Tocqueville no seu trabalho clássico *O Antigo Regime e a Revolução* – estava em um momento de expansão econômica. Diz ele, nessa obra, “*nunca o campesinato teve tanto acesso à propriedade como naquele momento*”. Havia um sentimento de melhoria do ponto de vista econômico. No entanto, veio a revolução. O que ele dizia é que quem ficasse procurando as causas a partir desse ângulo jamais entenderia a Revolução Francesa. Ela deveria ser entendida pela sua especificidade política naquele momento. Com isso, ele quis dizer que o absolutismo francês havia desfeito todas as organizações intermediárias vigentes na França tradicional e a massa do povo ficou isolada, fragmentada, antepondo-se diretamente ao Estado.

Devemos procurar as origens desse movimento que ainda não terminou e não se sabe para onde vai. Fora as redes sociais, não há nada que esteja organizando a sociedade, especialmente essa multidão de jovens, que vem ocorrendo à vida social. Não há clubes, não há partidos. Estes (os partidos) vivem inteiramente orientados para sua reprodução política, eleitoral, não têm trabalho de consolidação, de nucleação. A própria Igreja Católica, que antes cumpria um papel muito importante nessa organização, hoje tem um papel muito pequeno. A sociedade está inteiramente isolada da esfera pública. São dois mundos que não se tocam. Por toda a parte viam-se faixas com os seguintes dizeres: “nós não acreditamos na representação que aí está”. Foi um movimento dirigido também contra essa política. Temos que procurar as origens desse processo, que mal começou, nessa forma de relação entre Estado e sociedade, entre política e sociedade. Está evidente que temos que passar por reformas políticas importantes no sentido de que o sistema político se abra à participação. Esses

“O sinal é muito forte para não ser ouvido e bem interpretado. A política de presidencialismo de coalizão, da forma como a praticamos, demonstrou seu esgotamento, levou à desmoralização da política com o “toma lá, dá cá” e a compra de votos.”

partidos que estão aí foram chamados pelo ministro Joaquim Barbosa de “partidos de mentirinha”. Embora ele seja muito midiático, nesse ponto não há como discordar dele.

Um movimento desses, multitudinário, que vai às ruas, sem lideranças conhecidas, é um perigo. Tudo pode acontecer. Abre-se campo para a selvageria. Com quem negociar? Tomara que o processo desses dias – de ontem (17-06-2013) em particular – sirva como uma sinalização poderosa para que mudanças importantes na política brasileira comecem a ser encaminhadas. É um sinal de alerta. Se nada for feito a tempo, se é que ainda há tempo, esse movimento pode ter um desfecho muito ruim. É preciso evitar – e escrevi isso em um artigo que saiu hoje (18-06) no Estadão – que 2013 tenha o mesmo desfecho que 1968, isto é, uma juventude desencantada com a política, radicalizada e que procure formas inadequadas de resolução de problemas.

IHU ON-LINE – E QUAIS SERIAM AS FORMAS ADEQUADAS?

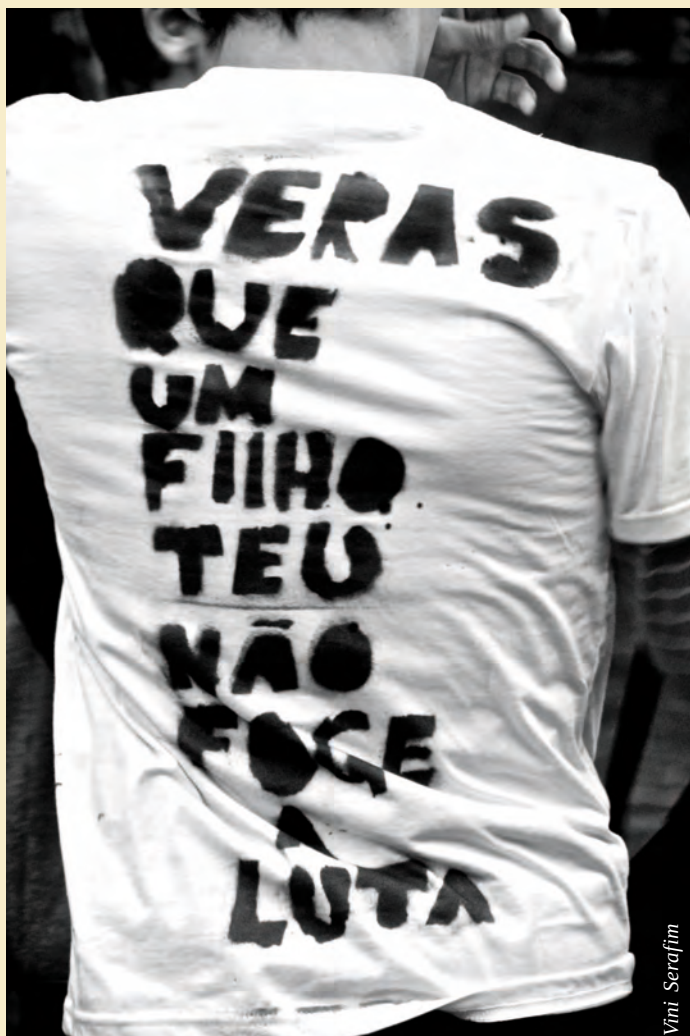
W.V. – Participação política e organização social.

IHU ON-LINE – AINDA HÁ UM CENÁRIO PROPÍCIO PARA ISSO?

W.V. – Se não houver, as coisas irão mal. O sinal que souo é muito forte para não ser ouvido e bem interpretado. A política de presidencialismo de coalizão, da forma como a praticamos, demonstrou seu esgotamento, levou à desmoralização da política com o “toma lá, dá cá” e a compra de votos.

IHU ON-LINE – O QUE SIGNIFICA UMA MANIFESTAÇÃO CUJO GRITO DE GUERRA SEJA “POVO UNIDO NÃO PRECISA DE PARTIDO”? TRATA-SE DA FALÊNCIA DA POLÍTICA REPRESENTATIVA? COMO PENSAR UMA POLÍTICA SEM PARTIDOS?

W.V. – O que acontece nessas manifestações é uma recusa. Ao longo desses anos, essa geração cresceu vendo e se confrontando com uma situação em que os partidos e a classe política em geral se desmoralizavam a cada dia. Basta ver o noticiário dos jornais: corrupção disso, negociata daquilo. Tudo isso foi distanciando a população, especialmente os jovens, da vida institucional. Eu insisto: o problema todo é auscultar de forma correta os sinais que estão vindo e agir da forma mais tempestiva possível, pois há o risco de não haver mais tempo. O que temos a comemorar nesta terça-feira é um fato importantíssimo: de que esse movimento ainda não carrega um morto. Se tivesse havido conflitos mais severos, com mortos, não se sabe como o país teria acordado hoje. Agora é preciso fazer um balanço do que vem acontecendo e apresentar alternativas e soluções. Nisso, a imprensa tem um papel muito importante de



Vini Serafim

“Os setores mais ressentidos tiveram a oportunidade de manifestar sua fúria em protesto pela sua exclusão, por não serem reconhecidos, e no protesto pelas políticas públicas que não funcionam.”

localizar entre eles lideranças, fazer com que elas falem, identificá-las. Porque evidentemente as lideranças podem estar subterrâneas. Afinal, deve haver pessoas que estejam exercendo uma liderança silenciosa sobre esse processo todo. 2013 pode ser o começo de uma cena nova, significando a entrada dessa geração na política institucional brasileira. Ou, contrariamente, com um mau desfecho, uma má solução, isso pode acabar como em 1968, radicalizando a juventude e afastando-a da vida política.

IHU ON-LINE – QUE MODELO DE POLÍTICA SE PODE VISLUMBRAR A PARTIR DESSA CARACTERÍSTICA MAIS PARTICIPATIVA DA POPULAÇÃO, SEM LIDERANÇAS ESPECÍFICAS?

W.V. – Isso se forma no calor da hora. Pode levar tempo, é preciso ter calma, inteligência, para poder enfrentar uma situação dessas. Não ter pressa. Essa crise vai se alongar. Grande parte desses jovens que estão nas ruas é estudante. Eu vi na universidade em que eu trabalho

eles se organizando para a passeata. Acredito que hoje eles estarão comentando o que se passou ontem. Nesse processo de diálogo, de comunicação entre eles mesmos, e da comunicação entre eles e nós, intelectuais, políticos e imprensa, a coisa vai se sedimentando, criando uma nova cultura. O fato é que estamos em um deserto cultural, político, num Saara monumental em que tudo o que era vivo foi levado para dentro do Estado, através desta cooptação política desenfreada que esse governo – que é Estado – desencadeou. E esses movimentos sociais cooptados (como ficou claro) não têm a menor condução dos processos reais. O que eles fizeram ontem? Foram capazes de dar diretivas? Não. Esses movimentos perderam a aura, a autenticidade, a legitimidade, perderam bases.

IHU ON-LINE – GILBERTO CARVALHO DISSE QUE O GOVERNO ESTÁ PREOCUPADO COM OS PROTESTOS E QUER GARANTIR DIÁLOGO COM OS MOVIMENTOS PARA ENTENDER “ANSEIOS IMPORTANTES” QUE TÊM LEVADO AS PESSOAS A SE MANIFESTAR. O GOVERNO FOI PEGO DESPREVENIDO?

W.V. – O governo e todos nós vamos ter que entender. O que eu posso dizer é que o acontecimento foi de tal proporção que os seus próprios participantes, hoje, devem estar na condução, nas escolas, nas universidades, discutindo o que houve ontem e o que fazer. O que está claro é que a grande massa desse movimento reprimiu a violência de alguns grupos. Ali se misturou tudo. Os setores mais ressentidos tiveram a oportunidade de manifestar sua fúria, num protesto pela sua exclusão, pelo fato de não serem reconhecidos, e no protesto pelas políticas públicas que não funcionam, como tantas faixas falavam: “*não queremos Copa, queremos saúde e educação*”.

Essa questão da Copa demonstrou ser realmente um desastre, com gastos suntuosos para a organização de um espetáculo de tipo europeu, que não tem nada a ver com a tradição do futebol brasileiro. As pessoas se sentiram excluídas também nos estádios. De modo que a chave não é econômica. Ela é fundamentalmente política e cultural.

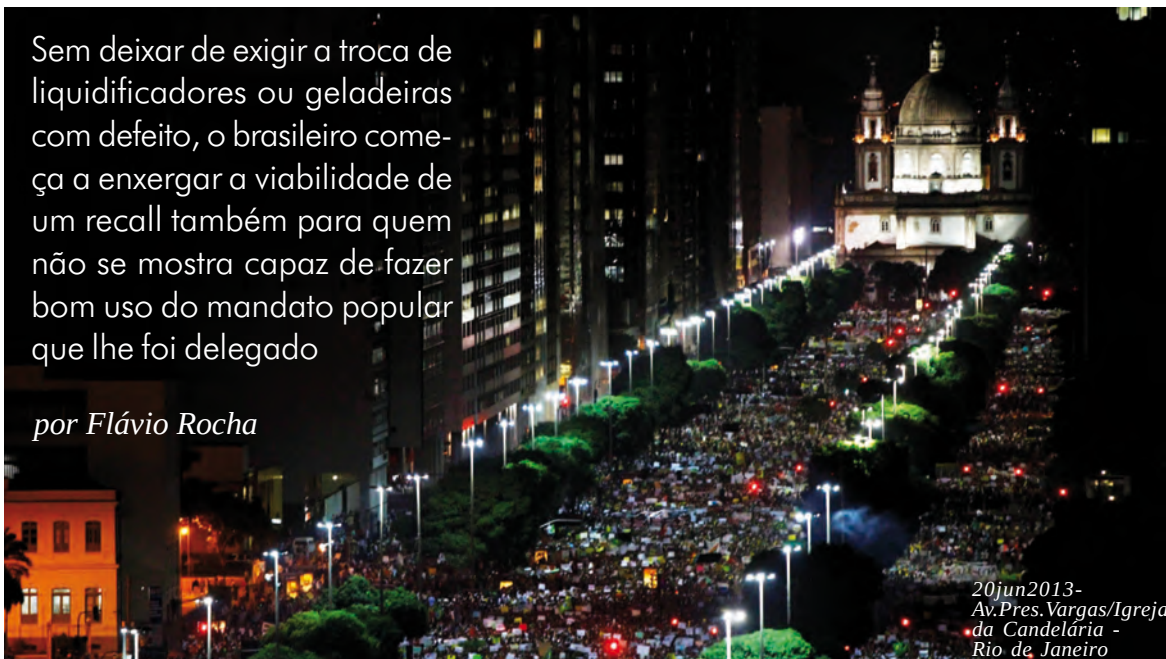
IHU ON-LINE – O ATUAL CENÁRIO DE MANIFESTAÇÕES PODE DETERMINAR AS ELEIÇÕES E A SUCESSÃO PRESIDENCIAL OU NÃO?

W.V. – Certamente terá influência. Ainda não há como saber qual será. Agora, a candidatura da Marina Silva certamente será bafejada por esse tipo de movimento, porque isso tem muito a ver com a cultura que ela representa. Basta ver o próprio nome do partido: Rede. Isso não quer dizer que ela vá ganhar as eleições. O futuro a Deus pertence e ele está para ser criado por nós agora. O fato é que essa forma de administração da questão social assimétrica, de cima para baixo, através de políticas de cooptação, levou a esse descabro, a essa distância entre o Estado e a sociedade e a essa destituição do papel dos movimentos sociais tradicionais. Basta ver a situação da UNE, que assistiu a tudo isso de camarote, olhando. ■

Luiz Werneck Vianna - Professor-pesquisador na PUC-Rio. Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo, autor de, entre outros, “A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil” (Rio de Janeiro: Revan, 1997); “A judicialização da política e das relações sociais no Brasil” (Rio de Janeiro: Revan, 1999); e “Democracia e os três poderes no Brasil” (Belo Horizonte: UFMG, 2002). Sobre seu pensamento, leia a obra “Uma sociologia indignada. Diálogos com Luiz Werneck Vianna”, organizada por Rubem Barboza Filho e Fernando Perlatto (Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2012). Texto publicado em #VEMpraRUA, cadernos IHU Ideias, ano 1, nº 19, 2013, em www.ihu.unisinos.br/images/stories/cadernos/ideias/191cadernosihuideias_2.pdf

Sem deixar de exigir a troca de liquidificadores ou geladeiras com defeito, o brasileiro começa a enxergar a viabilidade de um recall também para quem não se mostra capaz de fazer bom uso do mandato popular que lhe foi delegado

por Flávio Rocha



20jun2013-
Av.Pres.Vargas/Igreja
da Candelária -
Rio de Janeiro

Consumo, a porta de entrada da cidadania

No momento em que não faltam candidatos a intérprete da “voz rouca das ruas”, aqueles que identificaram e acompanham a migração dos 40 milhões de brasileiros para a emergente classe C podem esclarecer aspectos que ainda não mereceram atenção.

Muitos desses intérpretes continuam plugados em um modelo antigo para analisar o Brasil, mas a velha pirâmide social se transformou num losango com o ingresso da nova classe consumidora.

Boa parte dos cidadãos que deixaram seu comodismo e letargia para fazer barulho e protestar nas ruas de todo o país cumpriu um aprendizado completo antes de alcançar o estágio da questão política.

Eram súditos apáticos e conformados. Ao conquistarem a capacidade de consumir, conheceram seu poder de exigir o que lhe havia sido prometido numa operação de crédito ou num serviço de telefonia, por exemplo. Perderam o medo de protestar.

Nós, do varejo, além de espectadores privilegiados dessa evolução, temos sido participantes da vida dos atores desse movimento social. A transformação do súdito em cidadão foi possibilitada por empresas que não foram afetadas pelo pibinho, exatamente porque se alimentam da força motora desse novo contingente de consumidores.

Foram essas empresas que abriram as primeiras linhas de crédito para o público emergente, não instituições bancárias. O resultado é que o varejo brasileiro é hoje o maior especialista em classe C —conhece seus anseios e se antecipa no atendimento de suas demandas. Definiu-se um verda-

deiro processo de transformações demográficas e sociais. Seria ingenuidade imaginar que mudanças tão profundas ficariam restritas ao mundo econômico. Os reflexos políticos seriam mesmo inevitáveis. Só não viu quem não quis ver.

Os emergentes protagonizam uma mudança radical na relação com o Estado. Antes, a via era de mão única e pouco diferia daquela que os colonizadores portugueses estabeleceram com os nativos. Os súditos se deslumbram com miçangas, quinquilharias e bugigangas.

A grande novidade para cada um dos indivíduos que compõem as dezenas de milhões que deixaram a pobreza é a reciprocidade.

A figura do consumidor passou a se sobrepor ao velho Jeca Tatu urbano. E o cidadão começou a ganhar importância. Descobriu a necessidade de exigir contrapartida. Aprendeu a questionar constantemente a relação custo-benefício. Aprendeu os benefícios da concorrência e passou a se indignar com quem vende mais caro.

Assim como faz com seus fornecedores, o cidadão-consumidor começa a cobrar do governo a correta aplicação dos recursos dos impostos que ele paga e o mesmo nível de eficiência, qualidade e excelência que reclama dos produtos e serviços que contrata. Ineficiência? Desperdício? Corrupção? É incompatível.

Quando o Brasil conquistou o privilégio de sediar os três maiores eventos esportivos do planeta, nossos governantes devem ter imaginado que tamanha overdose de pão e circo garantiria eleições e reeleições por muito tempo.

Jamais poderiam imaginar que, em vez de perguntas sobre quando e onde seria a festa, surgissem incômodas questões: Quanto custa? Por que no Brasil é mais caro? Quem paga? A saudável e profunda transformação na postura do cidadão-consumidor está por trás do grande susto do qual governantes e políticos demoram a se recompor.

Não se crê mais em um Estado provedor todo-poderoso.

Depois de 25 anos, finalmente começa a ser regulamentado um artigo da Constituição Federal (de autoria do então deputado constituinte Afif Domingos) que garante a todos os brasileiros a transparência dos tributos e permite que o consumidor-contribuinte saiba o quanto a manutenção do Estado pesa no seu bolso.

A verdade é que muitos reduziram o recado da voz rouca das ruas a pleitos pontuais, quando a resposta está na mudança de postura do cidadão, que aprendeu a cobrar enquanto consumidor. E suas primeiras reivindicações são custos menores e um Estado menos presente.

Sem se esquecer de exigir a troca de liquidificadores ou geladeiras com defeito, o brasileiro começa a enxergar a viabilidade de um recall também para quem não se mostra capaz de fazer bom uso do mandato popular que lhe foi delegado. ■

Flávio Rocha – Presidente da Riachuelo e do Instituto para Desenvolvimento do Varejo. Artigo publicado na coluna *Tendências/Debates da Folha de S.Paulo* (03/07/2013).

O Índice de Desenvolvimento Humano



IDHM cresce quase 50% em 20 anos

Nas últimas duas décadas, o Brasil aumentou 47,5% o seu Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), fato que representa alto IDH, como revela o Atlas do Desenvolvimento Humano Brasil 2013.

por PNUD, IPEA

O Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013 – elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), em parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (Ipea) e a Fundação João Pinheiro – aponta que o Brasil conseguiu reduzir as desigualdades, principalmente pelo crescimento acentuado dos municípios menos desenvolvidos das regiões Norte e Nordeste.

O Atlas é uma ferramenta gratuita de acesso a informações sobre 5.565 municípios brasileiros, útil tanto para os gestores públicos quanto para a sociedade em geral. Nele estão contidos o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) para cada município e os resultados da análise de mais de 180 indicadores socioeconômicos dos censos do IBGE de 1991, 2000 e 2010 também sob a perspectiva municipal: entre eles demografia, educação, renda, habitação, trabalho e vulnerabilidade.

O estudo considera três dimensões do desenvolvimento humano:

- Saúde: a oportunidade de uma vida longa e saudável;
- Educação: acesso ao conhecimento e;
- Renda: padrão de vida que garanta as necessidades básicas.

Em 1991, 85,5% das cidades brasileiras tinham IDHM considerado muito baixo. Em 2010, o percentual passou para 0,6% dos municípios. De acordo com o levantamento, em 2010, o índice de municípios com IDHM considerado alto e médio chegou a 74%, enquanto em 1991, não havia nenhuma cidade brasileira com IDHM alto e 0,8% apresentava índice médio. Pela escala do estudo, é considerado muito baixo o IDHM entre 0 e 0,49, baixo entre 0,5 e 0,59; médio de 0,6 e 0,69, alto 0,7 e 0,79 e muito alto entre 0,8 e 1,0.

“O Brasil era um dos países mais desiguais do mundo, continua sendo, mas houve uma melhora. Podemos antecipar um futuro melhor”, frisou o presidente do Ipea e ministro interino da Secretaria de Assuntos Estratégicos, Marcelo Neri.

IDHM LONGEVIDADE (0,816) – Este fator é o principal responsável pelo crescimento do índice absoluto brasileiro acumulando alta de 23,2% entre 1991 e 2010. O índice ficou em 0,816, em 2010. Com o crescimento, a expectativa de vida do brasileiro aumentou 9,2 anos, passando de 64,7 anos, em 1991, para 73,9 anos, em 2010. “Um brasileiro que nasce hoje tem expectativa de vida nove anos maior do que há 20 anos, principalmente por uma queda na mortalidade infantil”, explicou o representante do Pnud no Brasil Jorge Chediek. Os municípios catarinenses de Blumenau, Brusque, Balneário Camboriú e Rio do Sul registraram o maior IDHM Longevidade, com 0,894, e expectativa de vida de 78,6 anos. As cidades de Cacimbas (PB) e Roteiro (AL) tiveram o menor índice (0,672) e expectativa de 65,3 anos.

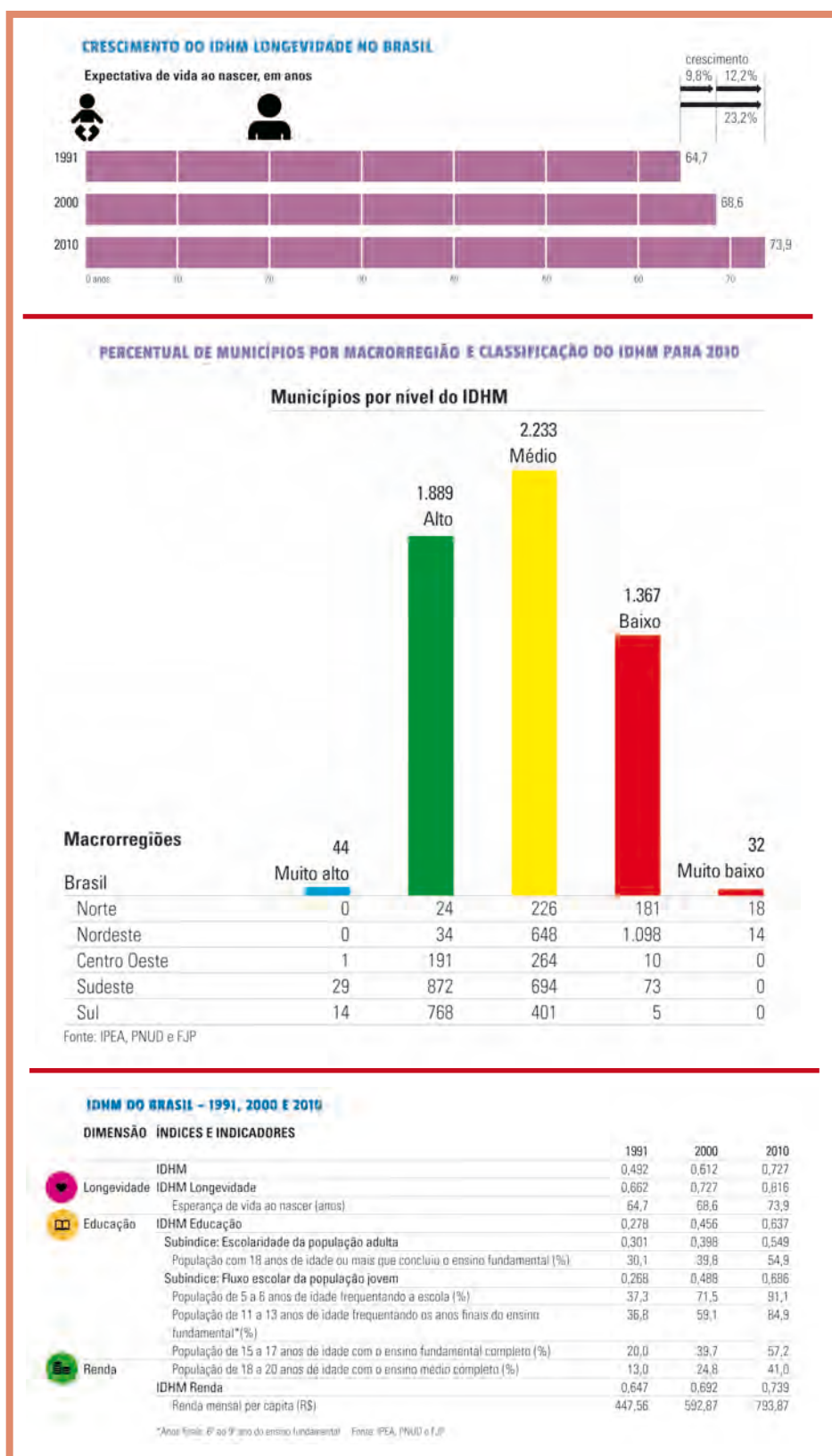
IDHM EDUCAÇÃO (0,637) – É o que tem a menor contribuição em termos absolutos para o valor atual do IDHM do Brasil e também o que possui o maior hiato (0,363). Mas de 1991 a 2010, o indicador foi o que registrou o maior crescimento absoluto (0,358) e

a maior elevação em termos relativos (129%) entre as três dimensões do índice. Saiu de 0,278 em 1991, para 0,637 em 2010, um movimento puxado, principalmente, pelo aumento de 156% no fluxo escolar da população jovem (ou 2,5 vezes) no período. Na mesma comparação, a escolaridade da população adulta, outro subíndice do IDHM Educação, ficou quase duas vezes maior na comparação com 1991 (alta de 82,4%).

IDHM RENDA (0,047) – O crescimento no período de 1991 a 2010 foi de 14,2%, o equivalente a cerca de R\$346 de aumento na renda per capita mensal, com números ajustados para valores de agosto de 2010. Apesar do avanço, apenas 11,1% dos municípios avaliados possuem um IDHM Renda superior ao IDHM Renda do Brasil. Uma comparação entre os municípios de maior e menor renda per capita mensal do país, a diferença permanece grande: de R\$2.043,74 (São Caetano do Sul-SP) para R\$ 96,25 (Marajá do Sena-MA). Isso significa que um cidadão médio de São Caetanos do Sul, tinha, em 2010, renda per capita mensal 20 vezes maior que a de um cidadão médio de Marajá do Sena, ou uma diferença de mais de 2.000%. Nesse quesito, impressiona o fato das quatro cidades com o IDHM Renda mais baixos do país estar no estado do Maranhão. O método de cálculo do IDHM Renda aplica uma fórmula logarítmica que aproxima os maiores valores de renda per capita dos menores e, com isso, reduz a disparidade de renda existente na perspectiva intramunicipal.

O Atlas Brasil 2013 traz uma inovação importante em relação aos predecessores lançados em 1998 e 2003. Pela primeira vez, todos os dados, gráficos e tabelas estão disponíveis na internet. A plataforma online é pública, amigável e totalmente gratuita.

Dentre as informações disponíveis, estão o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) e seus componentes, além de mais de 180 indicadores socioeconômicos com o retrato do desenvolvimento humano de cada município. A plataforma também conta com explicações metodológicas e uma seção de perguntas frequentes. Além disso, é possível fazer download de mapas e tabelas para uso *offline*. A segunda fase do Atlas Brasil 2013 prevê a disponibilização da plataforma em DVD, bem como o lançamento dos Atlas intramunicipais para 16 regiões metropolitanas.



Fonte: PNUD, IPEA e Agência Brasil. O relatório pode ser baixado em http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/130729_Atlas_PNUD2013.pdf



A PESQUISADORA SONIA ROCHA MOSTRA QUE A POBREZA NO BRASIL CAIU DE CERCA DE 70% EM 1970 PARA 10% EM 2011.

por José Eustáquio Diniz Alves

A redução da pobreza no Brasil

A renomada pesquisadora Sonia Rocha, em texto publicado no XXV Fórum Nacional do BNDES, em maio de 2013, documentou o processo de redução da pobreza no Brasil entre 1970 e 2011. Utilizando uma linha de pobreza com base na estrutura de consumo dos anos 70 (ajustada monetariamente para levar em conta as mudanças de preços ao longo do período 1970-2011), a pesquisadora mostra que a pobreza no Brasil caiu de cerca de 70% em 1970 para 10% em 2011.

Na década de 1970, período de grande crescimento do PIB, quando ocorreram o “milagre econômico” e o “segundo PND”, a proporção de pobres no país caiu fortemente de 68,4% em 1970 para 35,3% em 1980. Porém esta redução da proporção de pobres foi muito desigual em termos regionais, pois São Paulo apresentou resultados excepcionais (já que a proporção de pobres no Estado em 1980 correspondeu a um terço daquela medida em 1970), mas, no Nordeste e no Norte/Centro-Oeste, a evolução da pobreza foi bem menos favorável no período, levando ao agravamento da distribuição regional dos pobres brasileiros.

O período 1980-1993 marca a longa década perdida, indo do início da crise do modelo nacional-desenvolvimentista ao processo de abertura neoliberal do governo Collor e à implantação do Plano Real. Como diz Sonia Rocha:

“No período caracterizado por oscilações da renda, sem avanços significativos, a queda da proporção de pobres ao ritmo médio de 1% a.a., não foi o pior resultado possível. Embora tenha sido uma violenta ruptura em relação à evolução do período anterior, apresentou uma componente espacial e distributiva relativamente favorável: frente à conjuntura econômica adversa, as áreas mais dinâmicas sofreram mais e as mais pobres foram menos afetadas, diminuindo a desigualdade regional da pobreza. É exemplar que a proporção de pobres no Nordeste tenha declinado de 56,5% em 1981, para 45,6% em 1993, enquanto no Estado de São Paulo, núcleo dinâmico da economia brasileira, a proporção de pobres tenha aumentado de 19,9% para 22,6% no mesmo período”.

O período 1993-2003 foi marcado pela bem sucedida implantação do plano de estabilização e do processo de controle da inflação. A queda forte da pobreza associada ao controle da inflação já tinha ocorrido após o Plano Cruzado de 1986. De fato, a estabilidade de preços tende a reduzir a pobreza. O Plano Real, possibilitou que a proporção de pobres diminuísse de 30,3% em 1993 para 20,6% em 1995 e ficasse mais ou menos constante ou apresentasse até uma certa elevação depois da desvalorização cambial de 1999.

O período 2003-2011, a despeito de alguns anos de crise, foi marcado pela retomada do crescimento econômico, pela valorização cambial e pela mudança nos termos de troca do comércio internacional, com a valorização do preço das commodities exportadas pelo Brasil. Além disto, o aumento da geração de emprego no mercado de trabalho, a valorização do salário mínimo e expansão dos programas de transferências assistenciais contribuíram para aumentar a renda das famílias brasileiras em geral e beneficiar preponderantemente as mais pobres. Desta forma, entre 2003 e 2011, a proporção de pobres caiu praticamente à metade, de 22,6% em 2003 para 10,1% em 2011.

A pesquisadora destaca que a redução sustentada da pobreza no período, tem como pano de fundo a continuidade da melhoria dos indicadores sociais (redução da mortalidade infantil, melhoria dos níveis educacionais, mais acesso à rede de água e esgoto e ampliação da posse de bens duráveis), que se observa sem interrupção desde 1970. Na primeira década do século 21 houve redução da desigualdade pessoal da renda e das desigualdades regionais, sendo que a região Centro-Oeste apresenta os menores níveis de pobreza.

Uma análise completa pode acessada no texto da bibliografia abaixo. Mas para não estender, segue abaixo os três pontos conclusivos apresentados por Sonia Rocha:

“Primeiro, apesar do mecanismo de política estar bem desenhado como mostram os resultados da simulação, o objetivo de acabar com a pobreza extrema apresenta desafios da mesma natureza do que os de acabar com a pobreza, embora naturalmente demandando recursos mais modestos. Seria necessário que as transferências estivessem perfeitamente focalizadas nas famílias extremamente pobres. No entanto, além de difícil localizar a totalidade destas famílias, suas rendas oscilam para mais e para menos com muita frequência. Aliás, é por essa razão que o contingente de famílias que se qualificam para o BF continua se expandindo apesar comportamento favorável da renda.

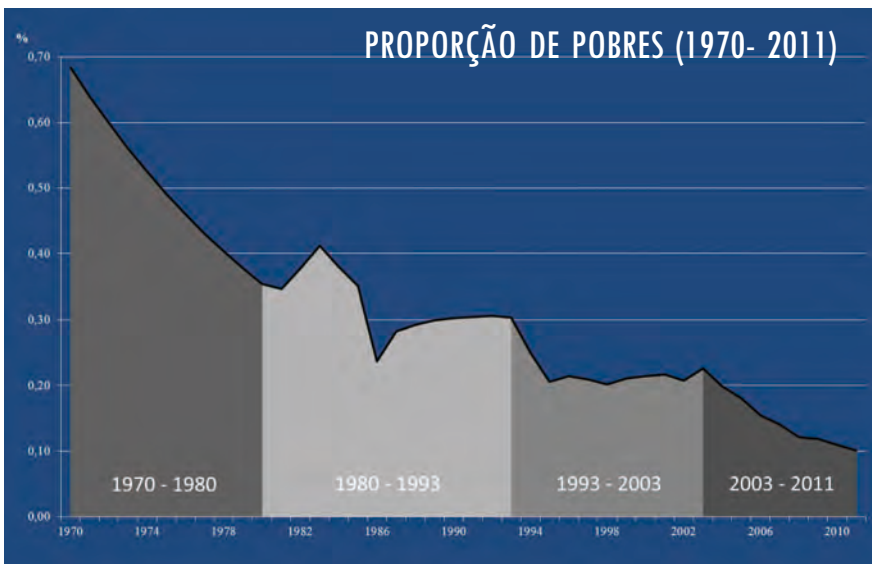
Segundo, a eliminação da pobreza extrema via transferência de renda, mesmo privilegiando as crianças, não esgota as necessidades voltadas para atendê-las em outras dimensões. Além da renda familiar, ou até mais do que dela, emancipar as crianças pobres da pobreza depende de assisti-las de forma integrada e continuada, da infância a idade adulta, isto é, até a sua inserção produtiva. A cobertura universal da clientela do Bolsa-Família por creches e escolas de qualidade e em tempo integral é o ponto de partida e se configura hoje – por razões não só financeiras, mas também organizacionais – como o calcanhar de Aquiles da política antipobreza no Brasil.

Finalmente, a queda do ritmo de crescimento econômico em 2011 e 2012 não levou à reversão dos ganhos de renda das famílias e da sua distribuição, que permitiram a trajetória favorável da pobreza desde 2003. No entanto, sem retomada do crescimento para os patamares de 4 a 5% ao ano, as perspectivas tornam-se menos auspiciosas, especialmente diante das dificuldades para aumentar a taxa de investimento privado e público. Nesse sentido, a retomada de controle sobre as variáveis macroeconômicas é essencial para garantir a continuidade das conquistas dos últimos anos na área social”.

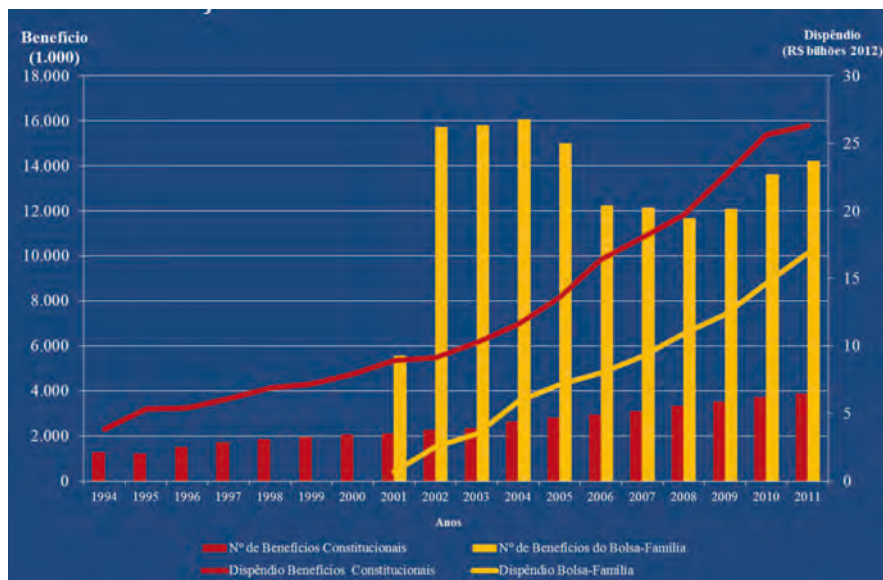
O Brasil tem uma oportunidade histórica para erradicar a extrema pobreza. Mas como a “Copa das Mobilizações” deixou claro nas ruas, o país precisa avançar em políticas universalistas de educação, saúde, transporte público, etc., pois a pobreza não pode ser vista apenas como ausência de renda e consumo, mas principalmente como ausência dos direitos de cidadania e da falta de respeito à qualidade dos serviços públicos. ■

“Pobreza não é só ausência de renda e consumo. É ausência dos direitos de cidadania e da falta de respeito à qualidade dos serviços públicos”

EVOLUÇÃO DA POBREZA NO LONGO PRAZO



EVOLUÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS DE RENDA



Fonte: INAE - Instituto Nacional de Altos Estudos

REFERÊNCIA:

ROCHA, Sonia. Pobreza no Brasil – A Evolução de Longo Prazo (1970-2011). XXV Fórum Nacional – BNDES. Rio de Janeiro, 13-16 de maio de 2013. Disponível em: www.forumnacional.org.br/trf_arq.php?cod=EP04920

José Eustáquio Diniz Alves – Colunista do Portal EcoDebate, Doutor em demografia e professor titular do mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais da Escola Nacional de Ciências Estatísticas – ENCE/IBGE. Apresenta seus pontos de vista em caráter pessoal. E-mail: jed_alves@yahoo.com.br. Publicado no Portal EcoDebate (26/07/2013).

Soja, cana e pecuária avançam sobre o Centro-Oeste

Eugeni Dodonov

O crescimento da produção de soja, cana-de-açúcar e pecuária bovina registrado em anos recentes em novas áreas do Centro-Oeste traz como consequência o avanço da fronteira agrícola, a substituição de culturas, a degradação de solo e o desflorestamento.

por Vivian Helena Capacle Correa

Em sua tese de doutorado defendida no Instituto de Economia (IE), da Unicamp, Vivian Helena Capacle Correa aponta que embora o rendimento das três atividades tenha aumentado, em razão da adoção de manejos adequados e de tecnologias avançadas, como o uso de novos cultivares, é a ocupação de novas áreas que tem impulsionado o crescimento da produção no Centro-Oeste. Segundo a pesquisadora, o avanço em direção à região tem sido estimulado por diversos fatores. Entre eles está a disponibilidade de terras. “São Paulo continua sendo o maior produtor de cana-de-açúcar do país, mas o Estado já está saturado. Assim, a alternativa encontrada pelas usinas para atender à crescente demanda por etanol, por exemplo, é levar a cultura para outras áreas, notadamente os estados do Centro-Oeste”, explica.

Outro aspecto que tem atraído o interesse dos produtores pela região é a disposição

das prefeituras em oferecer incentivos como anistia de impostos ou doação de terras. Durante o trabalho de campo que realizou para a pesquisa de doutorado, Vivian teve a oportunidade de entrevistar inúmeros atores envolvidos com a questão. “Nos contatos que tive, alguns admitiram que os municípios ofereciam esses estímulos porque a chegada dos empreendimentos agropecuários traziam vantagens como a geração de emprego e o fortalecimento da economia local”, relata a pesquisadora.

É o que teria ocorrido na cidade de Quirinópolis, em Goiás, com a chegada da Usina Boa Vista, do Grupo São Martinho, um dos maiores do Brasil no segmento sucroalcooleiro. A usina pretende moer oito milhões de toneladas de cana por safra, estabelecendo-se como a maior unidade processadora em atividade no Brasil. “Na entrevista, o prefeito me disse que o município cedeu a área da unidade industrial da usina e os programas de redução de impostos atraíram a empresa para a

sua cidade. Ainda segundo ele, com a chegada da Boa Vista e a expansão da cana-de-açúcar houve a geração de novos postos de trabalho e o aumento da arrecadação de impostos. Graças a isso, ele disse ter conseguido ampliar a oferta de serviços à população, através da construção de postos de saúde e creches”, informa Vivian.

IMPACTO AMBIENTAL

Se o segmento econômico experimentou avanços em alguns municípios do Centro-Oeste a partir desse movimento, o mesmo não se pode dizer do meio ambiente. A pesquisadora afirma que a expansão das três atividades analisadas no seu trabalho, notadamente a plantação de cana, tem provocado mudanças na região. Uma delas diz respeito à substituição de culturas. O arroz e o feijão, que foram importantes para a região, perderam espaço para as canaviais. Além disso, a própria pecuária extensiva, que também sempre se destacou naquele pedaço do país, tem sido gradativamente substituída pela cana.

Vivian explica que a cana chegou ao Centro-Oeste no momento em que a pecuária começava a apresentar declínio. *“Por causa disso, muitos pecuaristas decidiram vender ou arrendar as suas terras para o plantio de cana. Alguns desses produtores passaram a viver de renda e foram morar nas cidades. Outros, porém, transferiram a produção para áreas mais distantes. Embora uma corrente diga que eles se instalaram na própria região, há registros de que muitos deles estão migrando em direção ao Norte, inclusive para o Pará, sob o bioma Amazônia, onde estão implantando novas pastagens, algumas em terras ocupadas originalmente por florestas. O resultado dessa migração é perceptível. Em Goiás, visitei um frigorífico dotado de equipamentos moderníssimos, mas que está desativado. A explicação é a de que já não há mais nas imediações produtores que forneçam animais para o abate”*, aponta a autora da tese.

Nas entrevistas que fez com políticos e gestores públicos, Vivian diz ter apurado dois pontos fundamentais em relação à questão da degradação do meio ambiente. Um deles é o fato de não haver uma consciência ambiental difundida entre as sociedades locais. *“O prefeito de Quirinópolis, por exemplo, reforçou que ele quer mais é que a cana tome mesmo conta das áreas agrícolas do município. A preocupação mais imediata é com o crescimento econômico e a geração de empregos”*, conta. O outro ponto refere-se à inexistência de políticas de zoneamento econômico e ecológico no Centro-Oeste como um todo. Com exceção de Mato Grosso do Sul, que conta com zoneamento próprio, os outros dois estados, Mato Grosso e Goiás, não dispõem de legislação nesse sentido.

Vivian explica que esse tipo de instrumento legal é indispensável porque ajuda a orientar as atividades produtivas. *“O zoneamento não tem a finalidade de proibir que se produza isso ou aquilo neste ou naquele ponto. Entretanto, ele aponta quais são as áreas mais sensíveis e que, portanto, não são adequadas para receber determinados empreendimentos agrícolas. Isso é importante porque a inobservância ao zoneamento faz com que uma usina, por hipótese, não receba financiamento do BNDES [Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social] para a construção da sua planta industrial”*, exemplifica a pesquisadora.

“Os conselhos municipais de Meio Ambiente não têm competência para tratar de assuntos relevantes como a expansão da cana-de-açúcar e a instalação de uma grande usina na cidade.”

Em Goiás, conforme a pesquisadora, a questão do zoneamento econômico e ecológico somente agora está sendo discutida. Em Mato Grosso, a legislação chegou a ser criada, mas foi posteriormente embargada a pedido do Ministério Público, que identificou falhas na sua formulação. *“Vale reforçar que o zoneamento é importante para identificar as áreas sensíveis e as que podem ser exploradas. Existe uma legislação federal relacionada ao tema e um decreto federal que determina critérios para que os estados estabeleçam os parâmetros para essa distinção”*, informa.

Em seu trabalho, Vivian também analisou o papel desempenhado pelos conselhos municipais de Meio Ambiente, previstos na legislação. Segundo a pesquisadora, nem todas as cidades contam com esse tipo de órgão. *“Os que existem não têm competência para tratar de assuntos relevantes como a expansão da cana-de-açúcar, por exemplo. Normalmente, eles deliberam sobre questões menores como a exploração de areia ou a implantação de uma pequena planta industrial. Entretanto, não exercem qualquer influência quando o assunto é a instalação de uma grande usina na cidade”*, assinala.

ESTRATÉGIA DE MERCADO

No contato que manteve com produtores do Centro-Oeste, Vivian diz ter identificado, ainda, dois outros aspectos. De acordo com

o depoimento dos pecuaristas, o confinamento do rebanho não é uma alternativa para conter a expansão de áreas para a criação de pastagens. *“O que eles informaram é que esse modelo de produção é somente uma estratégia de mercado. Ele é usado para engordar o gado em menor período, principalmente na época da entressafra”*. Alguns pecuaristas também revelaram à pesquisadora que o sistema produtivo que integra lavoura e pecuária, apontado como uma medida que contribui para preservar a terra, ainda é pouco difundido. A característica predominante na região é a adoção de grandes áreas para a produção pecuária e o plantio de monoculturas. *“Além disso, somente os pecuaristas bem capitalizados conseguem adotar alternativas como o pasto rotacionado, técnicas de manejo adequadas e produção intensiva”*.

A metodologia empregada por Vivian em sua tese considerou, entre outros aspectos, a revisão bibliográfica sobre a expansão da agropecuária no Centro-Oeste e entrevistas com prefeitos, técnicos, produtores e gestores públicos. A fim de aperfeiçoar a constatação da redução de áreas de pastagens e de matas na região, bem como visualizar a alteração total da área agricultável utilizada por uma determinada atividade, a pesquisadora utilizou o modelo Efeito Escala (EE) e Efeito-Substituição (ES), a partir de dados de área plantada fornecidos pelos censos agropecuários de 1995 e 2006.

Conforme a autora do trabalho, trata-se de um método indicativo – não determinístico –, que supõe que todos os produtos que tiveram expansão de área substituíram proporcionalmente aqueles que os precederam. Também foi utilizado o modelo de Contribuição de Área e Contribuição de Rendimento para a análise sobre o padrão de crescimento das produções de soja e cana-de-açúcar na região. ■

Vivian Helena Capacle Correa – Mestre em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Atualmente estuda o desenvolvimento do agronegócio brasileiro, a expansão das produções e os fatores que afetam sua competitividade como infra-estrutura de transportes. As constatações deste artigo fazem parte da tese de doutorado “O Desenvolvimento e a Expansão Recente da Produção Agropecuária no Centro-Oeste” defendida no Instituto de Economia (IE) da Unicamp. Matéria publicada no Jornal da Unicamp Nº 558 e no Portal EcoDebate (30/04/2013).

Brasil com S

A Amazônia

e o desenvolvimento sustentável

CIAT

Nestes tempos de obrigatório desenvolvimento sustentável global, os recursos e potencialidades da Amazônia conferem ao Brasil incontestável primazia e liderança no cenário socioeconômico-ecológico planetário.

por João de Deus Barbosa
Nascimento Júnior

A rápida expansão demográfica mundial – 1 bilhão de indivíduos em 1830; 2 bilhões em 1930; 3 bilhões em 1960; 4 bilhões em 1975; 5 bilhões em 1990; 6 bilhões em 2000; um pouco mais de 7 em 2010; 8 em 2025 e, talvez mais de 9,5 bilhões em 2050, mostra a evolução demográfica da humanidade nestes dois últimos séculos.

Quando projetado para 2050, o quadro de insegurança alimentar mundial – atualmente 800 milhões de pessoas vivem em condições de subalimentação (Collomb, 2000, pp. 129-130) – suscita diversas preocupações sobre a questão socioecológica. A atual crise econômica mundial intensifica estas preocupações.

Considerado como país megaecológico, o Brasil impõe sua presença nesse novo contrato natural mundial. O paradigma do desenvolvimento sustentável reafirma a liderança do Brasil nos fóruns internacionais, onde se destacam como principais problemas:

- a possibilidade de os recursos naturais disponíveis em escala mundial não serem suficientes para atender as necessidades básicas das populações em 2050;
- a rápida exaustão da fecundidade dos solos com o uso acelerado de produtos químicos na agricultura;
- uma intensa pressão sobre as fontes de recursos naturais, aumentando as tensões políticas locais e regionais;
- a criação de novas fronteiras agrícolas em regiões estratégicas para as estabilidades físico-químico-biológica e climática do planeta, em particular na África central, no sudeste da Ásia e na Amazônia pan-americana; e
- a rápida deterioração do patrimônio genético mundial, aliadas a crescente demanda energética em contraponto com a necessidade de preservação ambiental.

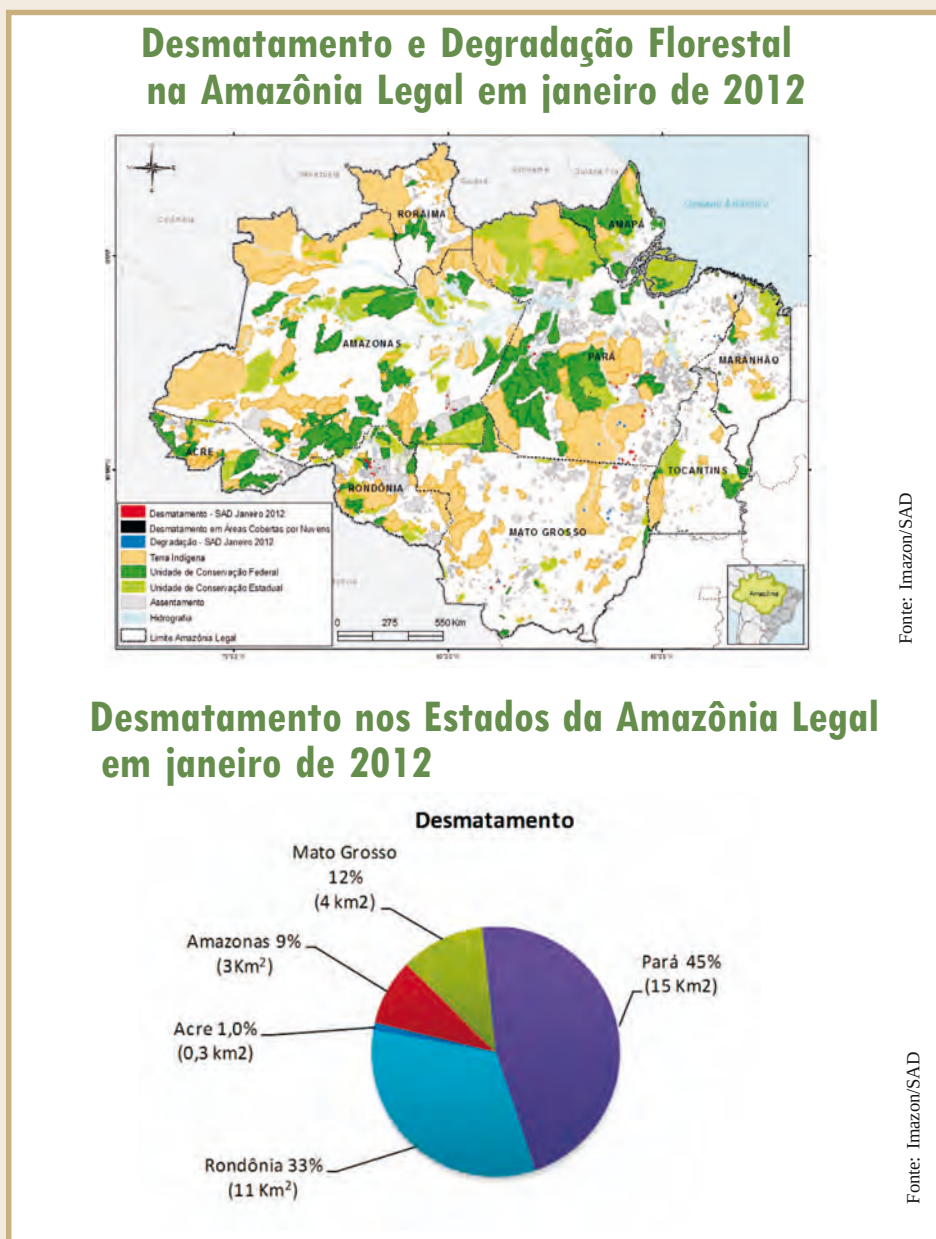
A composição destes fatores com outros secundários constitui argumento que justifica

a necessidade de construção de um novo contrato natural – um conjunto de compromissos institucionalizados e incorporados às políticas públicas nacionais para assegurar os instrumentos técnicos necessários à estabilidade socioecológica do país.

Analisando-se os dados do PIB no período 2006-2008, verifica-se que o país vem aproveitando positivamente os benefícios de políticas bem-sucedidas de estabilização, das reformas estruturais, da abertura externa crescente e da redução das vulnerabilidades. A economia ganhou impulso, refletindo principalmente a força da demanda doméstica, o que inclui um considerável crescimento do investimento privado, impulsionado pelos elevados preços de *commodities* e grandes fluxos de investimentos estrangeiros diretos. A agropecuária aumentou sua participação nos últimos dois anos alcançando 6,7% em 2008 e registrando taxas de crescimento superiores à da economia (IBGE, 2009¹).

No entanto, como decorrência da crise econômica global, a economia no último trimestre do mesmo ano diminuiu 3,6% em relação ao trimestre anterior. Como se verifica nos números citados acima, a nossa economia que estava caminhando para crescer entre 7 e 8%, sofreu uma queda brusca no final do ano. Mesmo assim, a trajetória de participação do agronegócio mostra que, desde 1990, o setor tem contribuído com mais de 27% para o total de bens e serviços produzidos no país e 41% de suas exportações, claramente competitivo no mercado internacional e um dos poucos setores com superávit na balança comercial. Isso sem considerar o novo cenário com a agroenergia, biotecnologia e nanotecnologia que poderá gerar, além dos possíveis efeitos em termos de custos e adaptação de cultivos, ganhos consideráveis de rendimento. Entretanto, os avanços da biotecnologia e nanotecnologia vão ainda demandar novos conhecimentos envolvendo a caracterização e manejo dos RNs, a diversidade dos sistemas produtivos e os riscos ambientais.

Mesmo considerando a diminuição das expectativas sobre o crescimento global da economia, diversos analistas nacionais e internacionais apontam o Brasil como o maior produtor mundial de alimentos num futuro muito próximo. O diagnóstico não é difícil de ser feito uma vez que uma análise sinóptica



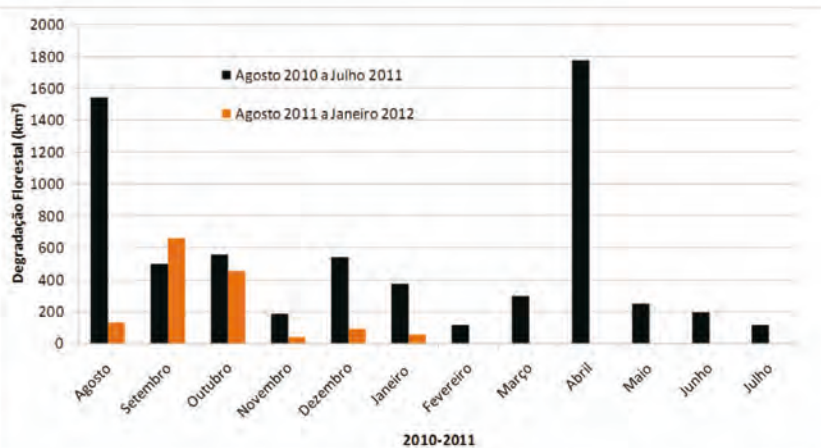
sobre a aptidão agrícola das terras mostra que o país dispõe de 100 Mha ainda disponíveis para a produção agrícola. Adicione-se a este potencial um crescente ganho de produtividade verificado ao longo dos últimos anos, graças ao investimento em pesquisa e ao desenvolvimento de conhecimentos e tecnologias mais adequadas às condições tropicais.

Paralelamente ao crescimento da agricultura e da pecuária, a indústria de alimentos se desenvolveu, ganhou competitividade e destaque em várias áreas, tornando-se um elemento fundamental na geração de empregos e de renda. O que parecia distante a pouco mais de três décadas, quando da criação da Embrapa e do Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária (SNPA), hoje torna-se realidade. Não há projeto de desenvolvimento para

o Brasil que desconsidere o agronegócio, especialmente com os novos horizontes da agroenergia. A área disponível para utilização agrícola e a tecnologia própria na agricultura tropical se consolidam como um fator competitivo impar. A necessidade de gerar empregos é outro fator decisivo na opção pelo agronegócio, no qual postos de trabalho são criados a partir da menor necessidade de investir recursos financeiros, quando comparado com outros setores da economia.

Graças à pesquisa agropecuária brasileira e à atividade empreendedora dos nossos agricultores, o Brasil ocupa o primeiro lugar na exportação do complexo soja, possui o maior rebanho bovino comercial do mundo, é o maior exportador de café, açu-

Degradação Florestal de agosto na Amazônia Legal de 2010 a janeiro de 2012



car, suco de laranja e carne bovina, ocupa posição de destaque em diversas outras cadeias produtivas, sendo ainda, um dos maiores produtores de biocombustíveis do mundo. Destaca-se o papel do agronegócio e da agricultura familiar os quais, com diversificação, qualidade e permanentes aumentos de produção e produtividade, garantem a segurança alimentar de nossa população contribuindo para soberania nacional.

Com relação à segurança alimentar, antes da crise financeira global verificava-se uma expansão do consumo mundial de grãos, carnes e leite, impactando diretamente os preços internacionais dos principais produtos, o preço dos insumos, a rentabilidade do mercado agrícola e o abastecimento adequado dos diversos mercados internacionais. Entretanto, a expansão da agropecuária pode não ser necessariamente acompanhada pelo desenvolvimento social e pela qualidade ambiental. Assim, ao longo das últimas décadas e com o marco histórico da ECO RIO 92, verifica-se, em escala mundial, uma crescente preocupação da sociedade quanto a capacidade de suporte dos RNs no atendimento das demandas de produção e de consumo decorrentes, entre outros, da inserção aos diversos mercados de bens e serviços de milhões de habitantes, pela possibilidade de ganhos futuros de produtividade como reflexo da terceira revolução científica e tecnológica, pela irreversível entrada da China na economia capitalista, e pela melhoria da distribuição de renda em muitos países emergentes. Soma-se a esta preocupação os potenciais impactos destrutivos que as mudanças climáticas podem provocar, co-

locando em dúvida a possibilidade de estabilização e/ou desaceleração do aquecimento global através da adoção de ações e políticas de desenvolvimento sustentável como resposta aos desastres ecológicos.

No Brasil, a preocupação da sociedade, expressa através da mídia, se estende a pautas que vão desde o desmatamento das florestas tropicais até a intensa poluição do ar nas grandes metrópoles, passando ainda pela degradação ambiental das principais bacias hidrográficas. Apesar dos desafios ambientais e do imenso potencial de terras, algumas simulações mostram que o país pode ainda responder à demandas futuras de alimentos, energia e fibras simplesmente com o avanço das tecnologias convencionais, as quais ainda não completaram seu ciclo para diversos cultivos, formas de produção, regiões ou agricultores. Consolida assim a tendência de tecnificação, ganhos de produtividade e diminuição da taxa de ocupação de novas áreas. Especialmente entre pequenos agricultores e na agricultura familiar esta é uma alternativa de geração de renda para uma parcela da população que representa cerca de 20% da população brasileira.

Diversos foram os esforços para ordenar a utilização das terras como respostas às pressões e à necessidade de conservação e preservação dos RNs. Zoneamentos climáticos, agroecológicos e ecológico-econômicos, assim como metodologias e informações para assentamentos humanos, por motivos diversos, são ainda insuficientes para apoiar um país que pretende ter uma agricultura moderna, competitiva, socialmente justa e

ambientalmente sustentável. O país necessita de investimentos urgentes na geração de dados, informações e conhecimentos sobre seus RNs de forma a apoiar o planejamento e os processos de tomada de decisão. Necessita ainda de um amplo processo de negociação com a sociedade sobre aspectos como o avanço das novas tecnologias, potencialidades e vantagens comparativas, impactos ambientais do uso das terras, custos envolvidos na produtividade x sustentabilidade, uso da biodiversidade, passivo ambiental e quantificação de serviços ambientais face às transformações e exigências formalizadas na Agenda 21 e os novos desafios que as mudanças climáticas globais impõem às nações.

Mesmo considerando que o crescimento mundial está mais lento e os orçamentos dos governos mais limitados, o certo é que teremos para a pesquisa agropecuária uma lista de problemas e desafios cada vez mais extensa e, talvez, com menos recursos no curto prazo. Nossa agenda de PD&I deve incluir temas atuais como:

- desenvolvimento de sistemas de produção para a agroecologia, indicadores de sustentabilidade e valoração dos serviços ambientais;
- reconhecimento dos saberes locais, diversificação da matriz produtiva, adaptação de culturas e de sistemas de produção aos estresses bióticos e abióticos;
- aprofundamento dos estudos de minimização de riscos via zoneamentos, consolidação de bases científicas para a transição de formatos tecnológicos, e desenvolvimento de novas rotas para a produção alternativa de insumos e tecnologias emergentes – nanotecnologia, biotecnologia, ampliação de conhecimentos dos recursos pesqueiros e da água, etc.

Quando se fala em pesca e água e em recursos naturais não renováveis, nossas mentes se voltam para a Amazônia, por isso, a importância da Amazônia para o Brasil e para o mundo constitui unanimidade nacional e internacional. Amazônia é a região sul-americana com condições climáticas caracterizadas por altas temperaturas, umidade e precipitação pluviométrica, e que abrange parte do Brasil, Peru, Equador, Bolívia, Colômbia, Venezuela, Suriname, Guiana e Guiana Francesa, totalizando cerca de 6,5 milhões de km², dos quais cerca 3,8-4,2 milhões de km² se constituem de florestas primárias.

Nessa região encontra-se a maior biodiversidade mundial, 1/3 das reservas mundiais de florestas latifoliadas, 1/5 da água doce superficial da Terra, além de constituir entidade física relevante nas estabilidades mecânica, termodinâmica e química dos processos atmosféricos em escala global e nacional. O Estado do Mato Grosso, por exemplo, hoje não seria o maior produtor de grãos e fibras (algodão) do país não fossem as frentes quentes e úmidas vindas da Amazônia. A Amazônia brasileira é formada pelos Estados do Amazonas, Acre, Pará, Amapá, Roraima, Rondônia, Tocantins, partes dos Estados do Maranhão e Mato Grosso, totalizando 4.987.247km², 3/5 do território brasileiro e 2/5 da América do Sul, que corresponde a 1/20 da superfície terrestre. Nesses 9 Estados habitam pouco mais de 23 milhões de pessoas, em torno de 4/1000 da população mundial, com mais de 60% desses habitantes morando em áreas urbanas; destaque aos 163 povos indígenas que totalizam cerca 204 mil pessoas, ou 60% da população indígena brasileira.

A Amazônia também possui uma complexa hidrografia com cerca 75.000 quilômetros de rios navegáveis, 50% do potencial hidrelétrico do Brasil, 12 milhões de hectares de várzeas, 11.248 km de fronteiras internacionais, mais de 180 milhões de hectares de florestas protegidas em unidades de conservação estaduais e federais (dados de 2009) que desempenham um papel importante nas estabilidades climática e termodinâmica do planeta.

O Brasil é o primeiro país mundial em diversidades de plantas, peixes de água doce e mamíferos, o segundo em anfíbios; e o terceiro em diversidade de répteis. Possui 55 mil espécies vegetais, ou 22% do total conhecido no planeta. E ainda 524 espécies de mamíferos, 517 de anfíbios, 1.622 de pássaros, 486 de répteis, 3.000 espécies de peixes, 10-15 milhões de insetos, além de milhões de espécies de micro-organismos, ampla maioria desse patrimônio nacional encontra-se localizada na Amazônia (Cruvinel, 29.04.2000).

A literatura especializada confirma que a ciência conhece menos de 10% da possível biodiversidade existente na Terra. Estima-se que 40% dos medicamentos disponíveis na terapêutica moderna tenham sido desenvolvidos a partir de fontes naturais: 25% de plantas, 12% de micro-organismos e 3% de animais, (...), além disso, 1/3 dos medicamentos mais prescritos e vendidos no mundo é proveniente dessas fontes. Se



floresta-amazonica-a8f06

“O rio Amazonas drena mais de 7 milhões de km² de terras e possui vazão anual média de aproximadamente 176.000m³/s, o que lhe confere a posição de maior rio em volume de água da Terra.”

considerarmos as drogas anticancerígenas e os antibióticos isoladamente, esse percentual cresce atingindo cerca 70% (Calixto, 2000, pp. 36-43), o que reafirma a importância geopolítica da Amazônia (Freitas, 2002).

Em levantamento fitogenético realizado numa área de 100km² da Reserva Ducke, próxima a Manaus, constatou-se a existência de: 1200 espécies de árvores e de 5000 indivíduos, das quais cerca 300 espécies de árvores com mais de 10 cm de Diâmetro a Altura do Peito (DAP) em cada hectare de floresta (Ribeiro et al., 1999), valor superior ao número total de espécies existentes em toda a Europa. Estudos comprovam que a floresta amazônica possui em torno de 350 toneladas de biomassa por hectare e produz cerca 7,5 toneladas de detritos vegetais por hectare por ano. Antony, em 1997, constatou que os solos do Arquipélago de Anavilhanas – situado no município de Novo Airão, Estado do Amazonas – possuem uma população de 116.409 indivíduos numa camada de 1m² com cerca 10 cm de profundidade, o que confirma a grande diversidade biológica nessa região, onde novas espécies ainda estão sendo descobertas.

A Amazônia é cortada pelo rio Amazonas que drena mais de 7 milhões de km² de terras, e possui uma vazão anual média de aproximadamente 176 milhões de litros d'água por segundo (176.000m³/s), o que lhe confere a posição de maior rio em volume de água da Terra, superando o rio Congo na África (o segundo rio em volume de água) em cerca quatro vezes, e o rio Mississippi umas dez vezes. Na época das águas baixas, o Amazonas conduz para o mar, cerca 100 milhões de litros d'água por segundo (100.000m³/s); na época das enchentes, mais de 300 milhões de litros por segundo (300.000m³/s) (Sioli, 1991). A vazão média do rio Amazonas em 1 segundo é suficiente para o abastecimento diário de uma cidade com cerca 294.000 habitantes. A bacia amazônica constitui uma das regiões habitadas com um dos mais altos índices pluviométricos do planeta, com total médio na ordem de 2.200 mm/ano (1 mm de precipitação corresponde a 1 litro de água por metro quadrado). Isto representa um volume total de água em forma líquida, na ordem de 12.000 trilhões de litros (12×10¹²m³) que essa região recebe a cada

ano, resultando na maior bacia hidrográfica do mundo (Salati et al., 1983).

A bacia do Amazonas, a bacia do Congo e a área em torno de Bornéu, regiões tipicamente tropicais, são extremamente importantes e eficientes na absorção de energia solar e na redistribuição planetária deste calor através da atmosfera (Crutzen et al., 1990). Estudos recentes projetam que o processo de conversão de umidade em chuva na atmosfera amazônica libera uma grande quantidade de calor equivalente a cerca 400 milhões de megawatts, que correspondem à explosão de cerca 5.580.000 bombas nucleares por dia (Bautista Vidal, 1990, p. 228), semelhantes àquelas que os norte-americanos lançaram na cidade de Nagasaki, na II Guerra Mundial, em 09.08.1945, causando a morte de 45.000 pessoas (Freitas, 2002).

Destaque especial é atribuído à participação da Amazônia nos processos básicos imprescindíveis à estabilidade química da atmosfera terrestre. Os especialistas especulam o seu grau de contribuição, em nível regional e planetário, nos balanços de dióxido de carbono (CO_2), principal “gás estufa”, de óxido nítrico (NO) e de dióxido de nitrogênio (NO_2), principais agentes responsáveis pelo grau de oxidação da atmosfera, e do óxido nitroso (N_2O), gás, aproximadamente, 200 vezes mais estufa que o CO_2 (Keller et al., 1983). O grau de importância dos dois primeiros gases nitrogenados na estabilidade química da atmosfera e dos outros dois na estabilidade climática, em escala planetária, são problemas complexos que se encontram em processo de pesquisa científica.

O Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC) projeta que em 1990 foram, efetivamente, emitidas para a atmosfera terrestre, cerca 7,4 bilhões de toneladas de dióxido de carbono. Os ecossistemas amazônicos comportam-se como “gigantescos aspiradores de ar”, participando dessa dinâmica, com uma absorção anual, para efeito fotossintético, em até 500 milhões de toneladas (16,1 toneladas em cada segundo) de dióxido de carbono (Nobre et al., 1996, pp. 577-596). Estimativas desenvolvidas por Higuchi (2007), baseadas na existência de uma quantidade média de 160 toneladas de carbono por hectare, projetam que os ecossistemas amazônicos estocam cerca 90 bilhões de toneladas de carbono, 13% do carbono total existente na atmosfera terrestre.

“Na região amazônica encontra-se a maior biodiversidade mundial, 1/3 das reservas mundiais de florestas latifoliadas, 1/5 da água doce superficial da Terra.”

A potencialidade econômica da Amazônia cresce à medida que sua importância para o equilíbrio ambiental planetário se reafirma, criando novas formas de dominação e colonialismo na região, por lideranças científicas, políticas e empresariais. Suscita, também, novas iniciativas institucionais dirigidas à consolidação das Políticas Industriais e de Ciência e Tecnologia, em âmbito regional e nacional. Ênfase à socioeconomia da região; a indústria metalúrgica e mineral no Estado do Pará, o Pólo Industrial de Manaus (PIM), o agrobusiness no Estado do Mato Grosso, e os Arranjos Produtivos nos demais Estados constituem as principais atividades econômicas em curso na Amazônia brasileira. Este quadro encontra-se em acelerado processo de expansão e consolidação.

O Pólo Industrial de Manaus (PIM) com mais de 550 indústrias, nacionais e transnacionais, e de abrangência em toda Amazônia ocidental, constitui, atualmente, uma matriz científica e tecnológica diversificada e sofisticada. Também de natureza não poluente, este pólo gera mais de 500 mil empregos diretos e indiretos (dados de 2010) e encontra-se em pleno processo de expansão física e econômica. Os principais setores econômicos do PIM são as indústrias elétrico-eletrônica, informática, automotora (duas rodas), e biotecnologia (cosméticos, biofármacos e alimentação) com uma pauta de exportação que atinge mais de 50 países.

Diversos empreendimentos petroquímicos encontram-se em processo de implantação no Amazonas, com destaque ao início de funcionamento do gasoduto Coari-Manaus, previsto para o primeiro semestre de 2010.

Ênfase aos processos de formação, organização, implantação e desenvolvimento de uma matriz biotecnológica articulada à bio-indústria, em pleno processo de consolidação na região. O faturamento global do PIM superou US\$30 bilhões em 2008, US\$25,8 em 2007, e US\$22 bilhões em 2006 (Dados da SUFRAMA, 05.01.2009), demonstrando sua contínua expansão econômica.

A integração de programas de ciência e tecnologia com esta matriz industrial, direcionados à exploração de novos produtos da floresta e dos serviços ambientais da região, em forma sustentável, constitui o principal desafio posto à Política de Ciência e Tecnologia da Amazônia ocidental e também do Brasil. Este Pólo Industrial encontra-se em acelerado processo de conexão com a(o): bioindústria, implantação de uma Política Pública de Estado direcionada à exploração de recursos minerais e de commodities ambientais, desenvolvimento do ecoturismo em grande escala, institucionalização de uma matriz de especialistas com formação avançada em nível doutoral em áreas estratégicas ao desenvolvimento regional e à melhoria de qualidade de vida das populações amazônicas, e com a implantação de estruturas laboratoriais complexas e vocacionadas dirigidas à pesquisa e à inovação tecnológica.

No período de 2003-2009 o Estado brasileiro, em suas diversas instâncias federativas, já investiu mais de R\$4,5 bilhões em CT&I na Amazônia brasileira modificando radicalmente a sua matriz científica e tecnológica. Destaque ao MCT que investiu cerca R\$1,65 bilhão, o Governo do Estado do Amazonas com investimentos de R\$1,39 bilhão, a SUDAM e o BASA com aplicações de R\$1 bilhão, a SUFRAMA com investimentos de R\$350 milhões, e os demais Estados da Amazônia brasileira com ordenamentos financeiros de cerca R\$250 milhões, totalizando cerca R\$4,64 bilhões. Mudaram-se as perspectivas econômicas e políticas da região com a reafirmação de sua importância econômica e política para o Brasil e o mundo. Encontra-se em curso um forte processo de nacionalização e institucionalização dos programas de CT&I na região (Dados MCT; SECT/AM, SUDAM/BASA, SUFRAMA; 2010).

João de Deus Barbosa Nascimento Júnior – Analista A da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa Amazônia Oriental), Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento pela Universidade Federal do Pará. Texto publicado em *EcoDebate* (01/07/2013).



A revista Nature destaca o projeto concebido por Thomas Lovejoy e desenvolvido em cooperação entre o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa) e o Smithsonian Institution, dos Estados Unidos.

por Frances Jones

Floresta Amazônica:

influência do desmatamento vira modelo mundial

Um projeto científico iniciado há 35 anos em plena Floresta Amazônica gera frutos ao redor do planeta. Um experimento milionário desenvolvido por uma equipe internacional na ilha de Bornéu, na Ásia, é a mais recente pesquisa que replica e expande o Projeto Dinâmica Biológica de Fragmentos Florestais (PDBFF), resultado de uma cooperação do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa) e do Smithsonian Institution, dos Estados Unidos.

A história do experimento na Amazônia concebido pelo ecólogo americano Thomas Lovejoy e dos projetos “herdeiros” está detalhada em uma reportagem de quatro páginas na edição de 18 de abril da revista Nature, assinada pelo jornalista Jeff Tollefson.

“Trata-se de um panorama admirável do trabalho com os fragmentos florestais e de seus vários benefícios, como, por exemplo o treinamento de estudantes de pós-graduação e a inspiração para outros projetos de pesquisa sobre fragmentação”, diz Lovejoy.

Professor da Universidade George Mason, nos Estados Unidos, Lovejoy recebeu em 2012 o Blue Planet Prize de 2012, considerado o “Nobel do Meio

Ambiente”. Ele foi o responsável pela introdução do termo “diversidade biológica” na comunidade científica.

Segundo o Inpa, o PDBFF, que continua em andamento, tem uma dupla missão: “determinar as consequências ecológicas do desmatamento e da fragmentação de florestas sobre a fauna e a flora na Amazônia e transferir a informação gerada a diferentes setores da sociedade para favorecer a conservação e o uso racional dos recursos florestais”.

A reportagem na Nature detalha como Lovejoy montou o experimento em uma área de aproximadamente mil quilômetros quadrados ao norte de Manaus, com a colaboração de pecuaristas da região. Dentro desse perímetro, ele e sua equipe e um grupo de pesquisadores brasileiros delimitaram 11 trechos de floresta de 1, 10 e 100 hectares. O WWF também apoiou a pesquisa, que hoje recebe verba da National Science Foundation, dos Estados Unidos.

Após a análise da fauna e da flora dos locais demarcados, entraram em cena as serras elétricas e o fogo. Tudo o que estava de fora dos quadrados foi abaixo. Dentro deles, a floresta permaneceu intacta. Com isso, os cientistas puderam estudar no cur-

to e no longo prazo o que acontece com os animais e as plantas quando as florestas são isoladas.

“Os efeitos se espalharam como um câncer para dentro da área não cortada”, lê-se no artigo. “Grandes árvores morreram. Os macacos-aranha foram embora, assim como as colônias de formigas-de-correição e muitos dos pássaros que delas dependem.”

“Ao documentar mudanças generalizadas nos fragmentos de floresta, Lovejoy e seus colegas forneceram os primeiros dados brutos que os conservacionistas precisavam para promover a preservação de áreas extensas de floresta intacta”, continua a reportagem. Na década de 1970, os ecologistas debatiam se era melhor proteger grandes áreas contínuas ou hotspots de biodiversidade menores.

Em 1996, o pesquisador americano Bill Laurance, então cientista no Smithsonian, foi convocado por Lovejoy para trabalhar com os dados produzidos pelo experimento. No ano seguinte, Laurance e sua equipe relataram perda de até 36% da biomassa nos primeiros 100 metros dos fragmentos de floresta intacta em um período de isolamento de 10 a 17 anos. Os cálculos sugeriam que a perda de biomassa

ao redor dos limites das florestas decorrente da fragmentação poderia produzir até 150 milhões de toneladas de emissões de carbono anualmente.

A experiência, segundo a revista, também apontou para uma possível solução: a criação de corredores selvagens a partir florestas secundárias, crescidas nas regiões em que os pastos foram abandonados, permitindo a circulação dos animais.

As pesquisas não pararam e continuam até hoje. Quantas espécies nas ilhas de floresta intacta estão fadadas à extinção? As variações rápidas nas populações de insetos e outros animais provocam mudanças no longo prazo na dispersão de sementes e na diversidade da fauna? Qual papel o aquecimento global terá? – são algumas perguntas que, segundo a reportagem, permanecem sem resposta. ■

Fonte: Artigo de Frances Jones, da Agência FAPESP, publicada pelo EcoDebate (07/05/2013). O texto da Nature pode ser lido em www.nature.com/news/forest-ecology-splinters-of-the-amazon-1.12816

Mais informações sobre o projeto PDBFF, visitar o site <http://pdbff.inpa.gov.br/area3p.htm#>



Valter Campanato/ABr

A garantia do direito à diferença

O país busca superar os 500 anos de política voltada para a “integração” via “desintegração” dos povos indígenas, como demonstram as leis relativas aos direitos indígenas que são cumpridas apenas enquanto interessam às elites brasileiras.

Entrevista com Antonio Brand, por Graziela Wolfart

IHU ON-LINE – O QUE É SER ÍNDIO BRASILEIRO HOJE? QUAIS SÃO OS PRINCIPAIS DILEMAS DOS POVOS INDÍGENAS ATUAIS?

Antonio Brand – Para compreender essa questão, é importante lembrar que desde 1988 estamos buscando superar as profundas marcas que ficaram dos 500 anos de política indigenista voltada para a integração dos povos indígenas, entendendo-se essa integração como superação da distintividade étnica. Ou, em outras palavras, a integração enquanto desintegração dos povos indígenas. A Constituição de 1988, pela primeira vez na história brasileira, reconhece aos índios o direito de seguirem sendo o que são, povos etnicamente diferenciados, cabendo ao Estado não mais legislar sobre a sua integração, mas garantir-lhes o direito à diferença. A incorporação dessa novidade no texto constitucional de 1988 foi resultado de uma intensa mobilização dos próprios povos indígenas. No entanto, passados 20 anos, está cada vez mais claro que a elite econômica brasileira, os políticos dos diversos partidos, o próprio judici-

ário e, especialmente, os militares, não concordam com essa mudança e vem mostrando claramente sua firme disposição em não cumprir o que está previsto na constituição.

Assistimos, nos últimos dias, à plena retomada de velhas bandeiras da ditadura militar, buscando caracterizar a demarcação de terras indígenas em algumas regiões como ameaça à integridade do país. Esses setores vêm deixando de lado, cada vez mais, de forma clara, qualquer escrúpulo em afirmar a sua decisão em ignorar os direitos indígenas definidos na Constituição.

Aliás, na história do país, as leis relativas aos direitos indígenas foram cumpridas apenas enquanto interessavam às elites brasileiras e foram ignoradas, como acontece nesse momento, quando não interessava seu cumprimento. Os povos indígenas vêm afirmando, com crescente clareza (e visibilidade), não só no Brasil, mas em

toda a América Latina, sua identidade indígena. Mas tem encontrado barreiras quase intransponíveis para afirmar seus direitos sobre os territórios. E como seguir nessa perspectiva sem as suas terras?

IHU On-Line – COMO OS POVOS INDÍGENAS CONVIVEM COM AS LEIS DO “HOMEM BRANCO”? O DIREITO DO ÍNDIO A “SER DIFERENTE” É RESPEITADO?

A.B. – Uma importante antropóloga, Aracy Lopez, afirmou, certa vez, que, frente à questão da diferença, o Estado brasileiro tinha feito meia conversão, apenas: o direito à diferença é reconhecido no âmbito constitucional e em outras disposições legais, mas ignorado na implementação, ou seja, na execução das políticas públicas. Não se demarcam os territórios necessários para a sua vida, e ignora-se a especificidade da cultura indígena (com raras exceções) na implementação dos programas de saúde, de desenvolvimento e outros.

E, nesse sentido, creio importante destacar a omissão do próprio judiciário. Estamos concluindo, aqui na UCDB, um levantamento, em parceria com o Centro de Trabalho Indigenista (CTI), dos processos envolvendo índios presos no Mato Grosso do Sul. Uma das questões que ficou clara nesse levantamento é o fato do judiciário, em suas decisões, ignorar totalmente de que se trata de índios e, portanto, amparados por uma legislação especial, e ignorar, inclusive, a própria Convenção 169, da OIT, da qual o Brasil é signatário. Creio que há um largo caminho a ser percorrido para que possamos falar em respeito à diferença e em interculturalidade, pois não há como falar em respeito à diferença enquanto seguimos atropelando os direitos indígenas, em especial o direito à terra.

IHU On-Line - COMO ESTÁ A SITUAÇÃO DOS ÍNDIOS DO MATO GROSSO DO SUL, EM RELAÇÃO ÀS MORTES POR DESNUTRIÇÃO, À FOME, À MISÉRIA? QUAL É O IMPACTO PSICOLÓGICO QUE ESSE CENÁRIO PROVOCA ENTRE OS ÍNDIOS?

A.B. - O Conselho Indigenista Missionário (Cimi) acaba de divulgar o levantamento referente à violência que atingiu os povos indígenas em 2007. Nesse levantamento, constata-se um aumento de 99% nos casos de assassinatos entre os Kaiowá e Guarani de Mato Grosso do Sul. É muito grave o fato de que a maior parte dessas mortes resulta de conflitos internos, ou seja, ocorreram entre os próprios índios. Isso indica um profundo mal-estar, uma grande tensão no interior dessas comunidades, resultado direto do confinamento a que esses povos foram, historicamente, submetidos. Cada morte violenta gera e aprofunda o processo de desintegração interna. Não há, portanto, como pensar em futuro para esses povos sem os territórios, como, aliás, vem claramente afirmado no texto constitucional. No entanto, percebe-se que as dificuldades interpostas, especialmente pelo judiciário, tornam a demarcação das terras indígenas cada vez mais difíceis. Por isso, infelizmente, é possível prever um aumento cada vez maior dessa violência.

IHU On-Line - COMO O SENHOR DEFINE A VISÃO DE MUNDO DE UM ÍNDIO? O QUE UM ÍNDIO PENSA SOBRE A VIDA, A MORTE, A NATUREZA E SOBRE A ESPIRITUALIDADE E A MÍSTICA? COMO ESSES VALORES SE RELACIONAM COM OS VALORES DA CULTURA OCIDENTAL?

A.B. – As populações indígenas concebem conceitos distintos de natureza, sendo que suas cosmologias explicitam como homens, plantas e animais interagem e se articulam. As etapas que marcam o plantio e a colheita do milho, entre os Kaiowá, são acompanhadas por um ciclo de rituais e rezas, destacando-se a



Antonio Cruz/ABr

“Índios fazem manifestação em frente ao Palácio do Planalto, em Brasília. Eles protestam contra a PEC 215, que transfere para o Congresso poder de demarcar terras indígenas.”

cerimônia do batismo do milho (*avatikyry*), sinalizando para a interdependência entre organização econômica, social e religiosa. Para essas populações, a esfera da economia e das relações sociais e religiosas são inseparáveis. Por isso, a questão de fundo dos territórios e a luta pela preservação da biodiversidade é tão importante para o futuro desses povos, frente ao longo e sistemático processo histórico de busca de imposição de modelos monoculturais de desenvolvimento. Por isso, cada vez mais a luta pela sociodiversidade tende a se encontrar e articular com as lutas pela biodiversidade. Até hoje, os povos indígenas seguem orientando-se por concepções distintas de economia, de uso do solo e de desenvolvimento. Seguem, por isso mesmo, sendo considerados como um sinal de atraso.

IHU On-Line - COMO ENTENDER O CONFLITO PELA POSSE DE TERRAS ENTRE ÍNDIO E HOMEM BRANCO? O QUE ISSO SIGNIFICA CONSIDERANDO A IMPORTÂNCIA QUE A TERRA E O TERRITÓRIO TÊM PARA OS ÍNDIOS?

A.B. – Os conflitos pela terra e o empenho das elites econômicas e políticas e do próprio judiciário em dificultar a demarcação das terras indígenas, ao total arripio das leis e recorrendo a argumentos próprios das ditaduras reacionárias, não podem ser dissociados da questão de fundo da superação da sociodiversidade. A presença dos povos indígenas segue sendo vista como uma ameaça à integridade do país e aos interesses das elites brasileiras. Todos sabem muito bem que o confinamento imposto aos Guarani e Kaiowá, em Dourados, inviabiliza a vida desse povo e significa de fato um genocídio. A passividade e omissão frente a tão grave problema permite concluir que é isso que se deseja.

IHU On-Line – QUAL É SUA OPINIÃO SOBRE O QUE OCORREU EM RAPOSA SERRA DO SOL? O GOVERNO TEM SE POSICIONADO DA MELHOR FORMA?

A.B. – Inicialmente, o governo federal mostrou-se demasiadamente indeciso, atrasando ao máximo a desintrusão da área. Permitiu, dessa forma, que os invasores se organizassem e se articulassem contra a medida. É, no entanto, profundamente, lamentável que, nesse caso, alguns militares sigam se prestando ao triste papel de defensores de

pessoas e grupos que vem atropelando os direitos indígenas e desrespeitando claramente a própria Constituição. Não é possível, também, entender o posicionamento do Judiciário a quem caberia, teoricamente, garantir o cumprimento do que determina a Constituição.

Os arroteiros, que ocuparam a maior parte das terras, as quais, hoje, reivindicam como suas, quando o processo de demarcação já estava definido e, portanto, tinham plena consciência de que se tratava de terras indígenas, foram a público afirmar que estavam contratando pistoleiros e comprando armas para resistir a uma ação da polícia federal. Eles não só ficaram impunes, mas tiveram, nessa ação totalmente ilegal, o apoio de setores do exército e do judiciário. Esse episódio mostra o quanto ainda é difícil aos povos indígenas terem acesso aos seus direitos como cidadãos brasileiros. Seguem, efetivamente, como cidadãos de segunda categoria, cuja presença em regiões de fronteira “põem em risco a soberania do país”.

IHU On-Line - QUAIS SÃO AS CONSEQUÊNCIAS DA FALTA DE TERRA/POUCA TERRA PARA AS POPULAÇÕES INDÍGENAS? A PERDA DE AUTONOMIA PARA PRODUZIR O PRÓPRIO SUSTENTO É CAUSADORA DE QUAIS PROBLEMAS?

A.B. – Já destaquei acima as consequências da perda dos territórios para esses povos. No caso dos Guarani e Kaiowá, em Mato Grosso do Sul, já estamos no quinto ano com programas de segurança alimentar, ou mais exatamente, de fornecimento de cestas básicas. Uma ação emergencial, para conter a desnutrição acabou sendo transformada em política de longo prazo. Isso é extremamente grave porque, nesse momento, qualquer interrupção no fornecimento desses alimentos provoca consequências cada vez mais graves. Ou seja, as comunidades indígenas estão cada vez mais profundamente dependentes desse tipo de ação, que sempre dependerá da boa vontade do governante. Por outro lado, o custo desses programas sociais não é pequeno e tende a aumentar cada vez mais, sem qualquer perspectiva de autonomia. Ao contrário, que futuro pode ser visualizado, especialmente pelos jovens, nesse contexto? Viver de cestas básicas? E tudo isso para evitar a demarcação de terras, que junto com um programa de assistência técnica, seria a única possibilidade de restituir a esses povos sua capacidade de voltarem a produzir seus alimentos. Essa dependência é sobremaneira grave se tivermos em conta que, segundo abundantes fontes históricas do período colonial e pós-colonial, os Guarani foram grandes produtores de alimentos.

IHU On-Line – QUAL É A IMPORTÂNCIA DO INCENTIVO AO INGRESSO DE ÍNDIOS NAS UNIVERSIDADES E NA LEI SANCIONADA EM MARÇO DE 2008 PELO PRESIDENTE LULA, QUE OBRIGA O ENSINO DA HISTÓRIA E DA CULTURA INDÍGENA NO ENSINO MÉDIO E FUNDAMENTAL?

A.B. – Eu coordeno um interessante programa, que conta com recursos da Fundação Ford, de apoio aos acadêmicos índios de Mato Grosso do Sul em suas trajetórias nas universidades. Mato Grosso do Sul tem cerca de 500 acadêmicos índios. A Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul é talvez a única que tem cota para estudantes indígenas (10%). O Programa Rede de Saberes reúne, além da UCDB, a Universidade Estadual e as duas Universidades Federais de Mato Grosso do Sul. Vem crescendo o interesse das comunidades indígenas pelo estudo. Reivindicam com crescente força escolas de ensino fundamental e médio de qualidade, empenham-se em ter professores índios bem formados e



Fabio Rodrigues Pozzebom/ABR

“Parlamentares e indígenas de várias etnias instalam em Brasília grupo de trabalho para debater a situação dos índios no Brasil”

buscam cada vez melhor qualificação técnica. Essas demandas indicam a percepção indígena da importância do estudo em sua luta por melhores condições de vida, ou, em outros termos, em sua luta por maior autonomia frente ao entorno regional que historicamente vem negando seus direitos. Estão se capacitando cada vez mais, sem abrirem mão de suas bandeiras históricas de luta pela terra. A perspectiva para a maior parte dos estudantes não é mais buscar emprego fora de suas comunidades, mas retornar como professores, técnicos em saúde e outras áreas. Quanto à lei sobre o ensino da história indígena, penso que tardou demais. Porém, mesmo assim, o Ministério da Educação e as Secretarias de Educação têm pela frente uma tarefa difícil, que é preparar material didático e formar professores para essa tarefa.

IHU On-Line - O QUE FALTA AINDA PARA GARANTIR DIGNIDADE ÀS POPULAÇÕES INDÍGENAS E PARA QUE A SOCIEDADE BRASILEIRA ACOLHA OS ÍNDIOS COMO PARTE DO COTIDIANO E DA TEIA SOCIAL?

A.B. – Penso que falta implementar o que vem determinado na Constituição e na legislação decorrente. Quero destacar duas ações que considero mais relevantes: resolver a questão das terras indígenas e investir em programas de formação, para que esses povos voltem a ter condições de sustentabilidade, fundamental para a sua autonomia, além de se investir pesado numa melhor informação da população sobre a relevância das culturas indígenas e suas inéditas contribuições ao país. Nesse sentido, a lei acima citada representa uma iniciativa importante, mas não basta. Infelizmente, os meios de comunicação, especialmente no âmbito regional, contribuem mais para desinformar, ou melhor, para confirmar estereótipos e preconceitos do que para informar e esclarecer. ■

Antonio Brand – Antropólogo, graduado em História pela Fundação Universidade Federal do Rio Grande e Ph.D pela PUCRS. É professor da Universidade Católica Dom Bosco, em Campo Grande, MS, onde desenvolve diversos projetos de pesquisa na área de História, com ênfase em História da América, atuando principalmente nos seguintes temas: educação indígena, território, população Kaiowá-Guarani e sustentabilidade. Entrevista publicada no IHU On-line [publicado pelo Instituto Humanitas Unisinos, da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS], (05/05/2008).



Fabio Rodrigues Pozzebom/ABr

PLP 227:

A LEGALIZAÇÃO DO LATIFÚNDIO EM TERRAS INDÍGENAS E A INDECISÃO DO GOVERNO.

“SABEMOS QUE A APROVAÇÃO DO REGIME DE URGÊNCIA CHEGOU A SER DEFENDIDA PELA MINISTRA GLEISI HOFFMANN, CHEFE DA CASA CIVIL, E POR LUÍS ADAMS, ADVOGADO GERAL DA UNIÃO, ENQUANTO QUE, APARENTEMENTE, OUTROS MINISTROS COMO O DA JUSTIÇA, JOSÉ EDUARDO CARDOZO, E O SECRETÁRIO GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, GILBERTO CARVALHO, TERIAM OPINIÕES CONTRÁRIAS AO CONTEÚDO DO PROJETO”, DIZ O PESQUISADOR DO INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL – ISA.

por Márcio Santilli

O PLP 227, enviado para votação em regime de urgência ⁽¹⁾ na Câmara dos deputados na última semana, “contradiz a própria Constituição”. Isso porque, em vez de regulamentar uma situação extrema, “os ruralistas pretendem legalizar latifúndios, assentamentos rurais, cidades, estradas, empreendimentos econômicos, projetos de desenvolvimento em terras indígenas com o pretexto de uma situação excepcional, prevista pela Constituição para ser realizada numa situação de guerra ou epidemia, que viessem a implicar um tipo de restrição à ocupação indígena”, aponta Márcio Santilli, do Instituto Socioambiental – ISA.

Santilli explica que a Constituição de 1988 prevê a instituição de uma lei complementar, segundo a qual a União poderá utilizar as terras indígenas em situações em que haja “relevante interesse público”, em casos extremos. Entretanto, acentua, “essa possibilidade virou um mote para se poder fazer com que a regra constitucional se transformasse numa exceção, legalizando todo tipo de ocupação não indígena em terras indígenas”.

Depois da polêmica em torno do PLP 227, e das divergências dentro do próprio governo, tanto em relação aos trâmites quanto ao conteúdo da proposta, a votação foi adiada. Para Santilli, essa “posição do governo é ambígua, porque a apreciação de um requerimento de urgência se deu no colégio de líderes da Câmara dos deputados, e o líder do governo teria abalizado a inclusão desse requerimento de urgência na pauta da sessão de quarta-feira passada”.

Segundo ele, o requerimento “só não foi votado porque havia muitos outros projetos a serem votados e a sessão se estendeu até altas horas sem que tivesse chegado a esse ponto. Nessa semana, o requerimento sumiu da pauta, assim como parece ter sido retirados da pauta outros assuntos de natureza polêmica. Parece que o presidente de Câmara e o governo perceberam haver uma receptividade muito negativa da opinião pública em relação a essa proposta. Mas o presidente da Câmara, ao mesmo tempo, constituiu uma comissão especial, que deverá ser instalada a partir de agosto na Câmara dos deputados, para discutir e dar parecer nesse projeto de lei. Ou seja, não é que a história acabou. Ela volta”.

Márcio Santilli, graduado em Filosofia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – Unesp, ex-presidente da Funai entre 1995 e 1996, e um dos fundadores do Instituto Socioambiental – ISA. A entrevista completa pode ser baixada em www.adital.com.br e em www.ihu.unisinos.br (19/7/2013). Para mais informações sobre tema tão relevante, sugerimos a leitura de **PLP 227: Banditismo e golpe parlamentar contra os direitos indígenas e a Constituição**, publicada em (15/7/2013) em www.ihu.unisinos.br



David Shankbone

O alimento deixou de ser um direito primário para ganhar foro de atividade altamente lucrativa. A atual cadeia de produção e de distribuição do agronegócio aufer lucros extraordinários enquanto mais de 1 bilhão de indivíduos passa fome. *Entrevista com Esther Vivas*

O sistema agrícola e alimentar está na UTI

É POSSÍVEL OUTRO MODELO DE CONSUMO?

O modelo atual é baseado no consumo de alimentos “quilométricos” (importados de outros países) e com um impacto ambiental muito negativo. Dispensa o conhecimento camponês e cada vez mais ingerimos alimentos similares, pouco diversificados, que nos fazem mal. A combinação desses fatores faz com que devamos considerar uma alternativa alimentar totalmente antagônica à que existe atualmente e que se baseie nos princípios da soberania alimentar.

EM QUE CONSISTE A SOBERANIA ALIMENTAR?

Em devolver às pessoas a capacidade de decidir sobre o que comer, que os camponeses tenham terra para trabalhar, e que nas políticas agrícolas e alimentares prevaleçam as necessidades das pessoas ao invés dos interesses da indústria de alimentos. Concretamente: apostar numa alimentação de proximidade, local, optando pela proximidade com o poder, local, camponesa, ecológica, sazonal.

VOCÊ FALA EM ALIMENTAÇÃO “QUILOMÉTRICA”. É LÓGICO IMPORTAR PRODUTOS AGRÍCOLAS PRODUZIDOS LOCALMENTE:

Não. É mais um exemplo de que este sistema não funciona. E que só serve aos interesses do agronegócio, que deslocaliza a produção para ganhar mais dinheiro explorando as condições precárias dos camponeses dos países menos desenvolvidos. Além disso, a

crise energética terá um impacto direto na forma de nos alimentar. A própria crise econômica e energética está nos dizendo que precisamos de uma mudança radical de modelo.

Que parte da culpa é do consumidor?

Muitas vezes tentam nos culpar como consumidores. E, obviamente, é preciso repensar nossas práticas de consumo. Mas há uma responsabilidade política neste modelo. O capitalismo impõe uma sociedade de consumo. As mercadorias são produzidas a partir da criação de necessidades artificiais, que antes não tínhamos, e através da obsolescência programada, projetando os produtos para que se estraguem depois de um tempo para que se tenha que comprar um novo.

Os escândalos alimentares que ocorreram nos últimos anos irão ajudar a população a tomar consciência do que come?

Casos como a doença da vaca louca, a gripe aviária ou a carne de cavalo mostram que não temos ideia do que comemos. Consequentemente, nos últimos anos, tem aumentado a demanda por produtos ecológicos e a participação em grupos e cooperativas de consumo. Mas são necessárias, também, mudanças políticas.

COMO POR EXEMPLO?

É imprescindível que se proíbam os transgênicos. Na Catalunha e em

Aragón é cultivado um tipo de milho transgênico proibido na maioria dos países europeus. Os transgênicos terminam contaminando outros cultivos no campo e é necessário que prevaleça o princípio da precaução. Também é essencial uma reforma agrária e um banco público de terras para acabar com a especulação e torne a terra acessível às pessoas que querem viver dignamente no campo.

VOCÊ DESENHA UM CENÁRIO SOMBRIO.

O sistema agrícola e alimentar está na UTI. O modelo atual não funciona, com impacto e consequências sociais e ambientais muito negativos. Ele está acabando com o campesinato, gerando fome num mundo de abundância de alimentos. São jogadas fora toneladas de comida diariamente, enquanto há milhões de pessoas passando fome. Os alimentos tornaram-se uma mercadoria, um instrumento de negócio.

Um negócio no qual os intermediários colhem os benefícios em detrimento do produtor.

As subvenções agrícolas beneficiam os grandes latifundiários e empresas do agronegócio, deixando os pequenos e médios produtores praticamente à margem. A diferença entre o preço na origem e no destino é em média de 400%, e são os intermediários e supermercados que ficam com o lucro. No entanto, cada vez mais pessoas tomam consciência e mudam seus hábitos de consumo.

Há experiências a nível local, como grupos de consumidores, redes de troca, hortas urbanas, mercados de agricultores ..., que têm aumentado e que nos mostram que outras práticas são possíveis. Existem alternativas.

E VOCÊ VÊ INDÍCIOS DE VONTADE POLÍTICA?

A maioria da classe política tem ligações estreitas com o poder econômico. É essencial, portanto, desmascarar essa ligação e exigir democracia real. Tomar consciência, nos mobilizar, desobedecer e mudar o sistema.



Esther Vivas – Mestre em Sociologia, ativista e pesquisadora em movimentos sociais e políticas agrícolas e alimentares. Co-autora, entre outros, de “Planeta indignado. Ocupando o Futuro” (2012, Madrid), “Resistências globais. De Seattle à crise em Wall Street (2009, Madrid), “Supermercados, não, obrigado. Grandes cadeias de distribuição Impactos e alternativas” (2007, Barcelona: Icaria Ed). Artigo publicado no site da autora (<http://esthervivas.com>).



OGM sigla de Organismos Geneticamente Modificados

■ Vivemos em um mundo ao contrário, no qual se premia as multinacionais da agricultura transgênica que dizem a agricultura e a agrobiodiversidade.

■ O Prêmio Mundial da Alimentação 2013 foi concedido aos representantes da indústria transgênica: Robert Fraley, da Monsanto e Mary-Dell Chilton, da Syngenta. O terceiro premiado foi Marc Van Montagu, da Universidade de Gante (Bélgica). Todos distinguidos por suas investigações a favor de uma agricultura biotecnológica.

■ Como se pode conceder um prêmio que, teoricamente, reconhece “as pessoas que têm feito avançar (...) a qualidade, a quantidade e o acesso aos alimentos” aos que promovem um modelo agrícola que gera fome, pobreza e desigualdade. Como diz o escritor Eduardo Galeano em “Patatas arriba” (1998), “*premia-se ao contrário: despreza-se a honestidade, castiga-se o trabalho, recompensa-se a falta de escrúpulos e alimenta-se o canibalismo*”.

QUANDO SE PREMIA OS QUE GERAM FOME

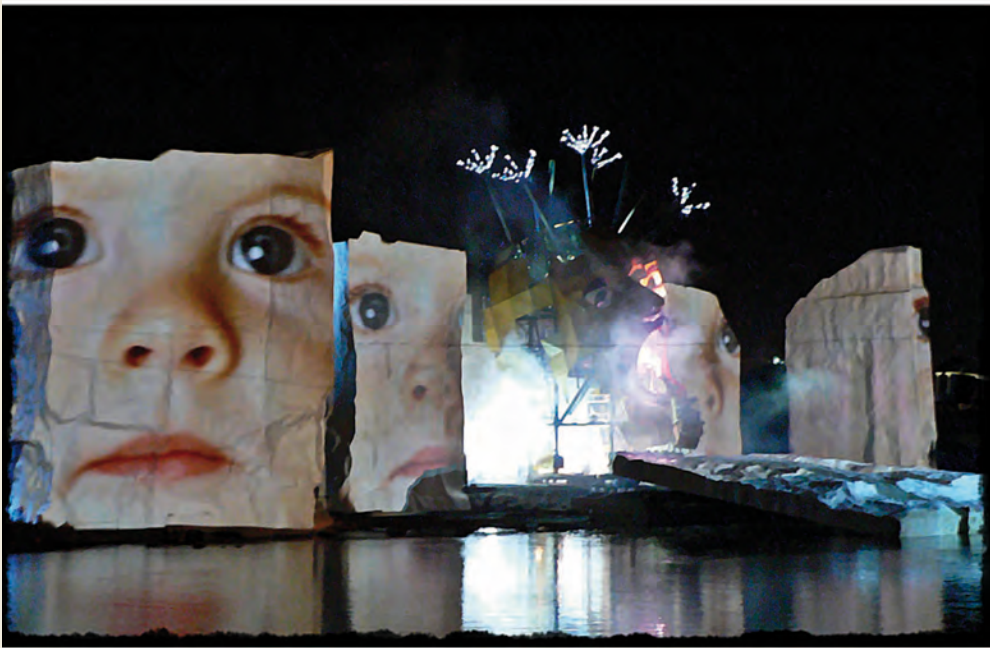
■ Apesar dos discursos oficiais, o atual modelo de agricultura e alimentação é incapaz de dar de comer às pessoas, cuidar de nossas terras e daqueles que trabalham no campo. Hoje, apesar de a produção de alimentos ter triplicado (desde os anos 60) e a população mundial desde então apenas duplicado, 870 milhões de pessoas no mundo passam fome... num planeta de alimento abundante.

■ Nossa segurança alimentar depende de um leque cada vez mais reduzido de espécies animais e vegetais, pois privilegia-se as variedades que mais se adequam aos padrões da agroindústria (que podem viajar milhares de quilômetros antes de chegar ao nosso prato, que tenham um bom aspecto nas prateleiras do supermercado etc.), deixando de lado outros critérios como a qualidade e a diversidade do que comemos

■ Hoje, não falta comida; sobra! Não temos um problema de produção, mas de acesso. E a agricultura transgênica não democratiza o sistema alimentar; ao contrário, privatiza as sementes, promove a dependência do agricultor, contamina a agricultura convencional e ecológica e impõe seus interesses particulares ao princípio de precaução que deveria prevalecer.

■ Marie Monique Robin, autora do livro e do documentário “O mundo segundo a Monsanto” (2008), deixa claro: essas empresas querem “controlar a cadeia alimentar” e “os transgênicos são um meio para conseguir esse objetivo”. Prêmios como os concedidos a Monsanto e a Syngenta são uma farsa ante a qual somente há uma resposta possível: a denúncia. E ressaltar que outra agricultura somente será possível à margem dos interesses dessas multinacionais.

Fonte: <http://esthervivas.com>



A ciência climática não permite dúvidas: de 12 mil estudos científicos sobre o tema em 20 anos, 98,4% confirmam as previsões sobre o aquecimento global!

por Rubens Ricúpero

É inevitável o suicídio coletivo?

Em 10 mil anos de história, é a primeira vez que a humanidade tem o poder de cometer suicídio coletivo. Era essa a tese central de Emmanuel Mounier em “O Grande Medo do Século 20”.

Publicado em 1947, o livro se referia à ameaça de uma catástrofe atômica, angústia constante na fase aguda da Guerra Fria entre EUA e URSS. Passaram-se 66 anos e conseguimos evitar o pior.

Na época de Mounier não se sabia que os homens poderiam liquidar o mundo não só com bombas, mas com o aumento desenfreado da produção econômica e do abuso dos combustíveis fósseis. Quinze dias atrás, ultrapassamos o sinal amarelo no rumo da destruição. A atmosfera registrou 400 partículas de dióxido de carbono por um milhão.

É preciso recuar 4,5 milhões de anos para encontrar concentração comparável. O clima era então muito mais quente, quatro ou cinco graus a mais em média. No ritmo atual, não existe nenhuma possibilidade de limitar o aquecimento global a dois graus como decidido em Copenhague. Se algo não mudar, vamos chegar ao fim do século com 800 partículas e mudança de clima de dimensões que ameaçam a sobrevivência da civilização tal como a conhecemos.

A violação da marca simbólica de 400 por milhão não provocou nenhuma declaração ou alerta de chefes de Estado. Um dia depois, os jornais esqueceram o assunto e voltou-se ao dia a dia como se nada tivesse acontecido. Como explicar tal indiferença diante da morte anunciada que espera o mundo dos homens?

O silêncio é inexplicável numa sociedade na qual a ciência substituiu a religião como crença unificadora. Ora, a ciência climática não permite dúvidas: de 12 mil estudos científicos sobre o tema em 20 anos, 98,4% confirmam as previsões!

Há muitas explicações para a inércia. Uma delas tem a ver com a natureza da ameaça. Crises como a dos mísseis de Cuba em 1962 precisam ser resolvidas em horas ou dias. Se o presidente Kennedy tivesse hesitado, em poucos dias seria tarde demais. Já o desastre ambiental é como um câncer de expansão lenta: sabe-se que ele está lá, que se nada se fizer, a morte é inevitável. Mas não se sabe o dia nem a hora. Isto é, uma catástrofe em futuro indeterminado carece da força para precipitar soluções difíceis.

O provável por isso é que só haverá ação decisiva para evitar o colapso definitivo depois de uma sucessão de calamidades

espantosas. Quando isso suceder, muitas das consequências já se terão tornado irreversíveis como o derretimento das geleiras, a elevação do nível dos oceanos, a inundação de cidades, a desertificação, a extinção de milhares de espécies.

Toynbee lembrava num dos seus últimos livros que nisso os homens deveriam invejar insetos como as formigas, condicionados do ponto de vista psicossomático a agir coletivamente por instinto de sobrevivência. Estudo recente comprovou que os peixes já estão migrando para o norte em busca de águas mais frias. Enquanto isso, os seres humanos se deslumbram com o avanço em produzir e queimar mais gás a partir do xisto...

A razão talvez esteja com o poeta T.S. Eliot: o mundo acaba não com um estrondo, mas com um gemido. ■

Rubens Ricúpero – Diretor da Faculdade de Economia da Faap, foi secretário-geral da Unctad (Conferência das Nações Unctad sobre Comércio e Desenvolvimento), ministro da Amazônia e do Meio Ambiente, ministro da Fazenda (governo Itamar Franco), embaixador em Genebra, Washington e Roma. Colunista da Folha de S. Paulo, onde este artigo foi publicado (27/05/2013).



GESTÃO NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS

CAC

16 anos atuando no mercado imobiliário na Cidade Maravilhosa.



ADMINISTRAÇÃO, LOCAÇÃO E VENDA DE IMÓVEIS DE ALTO PADRÃO EM TODO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

Suporte na locação para executivos e expatriados.

Dispomos de um departamento jurídico especializado em Direito Imobiliário.



CJ-4858-0



ATENDIMENTO BILÍNGUE

☎ 55 21 3178.3950 55 21 2221.6098 55 21 9908.4494
www.cacimoveisrj.com.br



“Os homens constroem
paredes demais
e pontes de menos”
(D. Pires).

ESCOLA, PODER e DEMOCRACIA

por Nei Alberto Pies

A escola pública e democrática é hoje uma conquista institucionalizada, mas que, na prática, ainda está longe de ser realidade plenamente vivenciada na escola. A escolha democrática das direções escolares ainda não permitiu condições democráticas de organizar as escolas a partir de uma base curricular, de propostas pedagógicas, de metas e da organização do quadro dos professores (distribuição da carga horária e disciplinas). Há que se considerar ainda, por vezes, a forma autoritária como os gestores da educação organizam suas redes de ensino.

A escola, lugar de significativas e distintas aprendizagens, é também um grande laboratório de exercício de poder. Cotidianamente, através das relações interpessoais, ela administra as suas tensões internas, fortemente influenciadas pelo poder externo (dos governos e da comunidade). E o professor, uma peça fundamental, nem sempre é considerado em sua dimensão de pessoa humana e de sujeito, portador de desejos, direitos e dignidade.

Além de sua estrutura administrativa, a escola é um lugar onde se constroem vínculos. Estes vínculos determinam a qualidade das relações entre professores, funcionários,

equipe diretiva, alunos e pais. A maior diferença da escola pública, em relação às demais, reside no fato de sua gestão ser pública e democrática. Por isso mesmo, torna-se mais exigida e exigente para todos os que convivem nela. O professor, peça chave desta engrenagem, *“deve ser um verdadeiro educador. Um mestre da vida e do saber. É mestre porque é homem de fé, que acredita em si e nos outros, que confia e ama seus discípulos”* (Maximiliano Menegolla).

Professores não são números. Professores são sujeitos, seres humanos, com suas opções pedagógicas e ideológicas. Aliás, o exercício de seu ofício não lhes permite neutralidade, pois a educação é, por natureza, um ato político. Suas práticas pedagógicas resultam de suas trajetórias pessoais, de seus compromissos com o ser humano e de seus conhecimentos e aperfeiçoamento profissional.

Algumas instituições de ensino público, por suas práticas contraditórias e autoritárias, minimizam o alcance e a importância das conquistas democráticas. É claro que exercitar cotidianamente a democracia, como se faz na escola, não é uma tarefa fácil. Por isso que, para muitos, ela não passa de verborragia. Para outros, incan-

sável exercício, prática de inclusão e respeito a todos, mesmo enfrentando as contradições do discurso e da prática.

Espera-se dos diretores que serão eleitos competências técnicas, mas também que construam menos paredes e mais pontes. Que usem o poder que lhes foi delegado para valorizar e promover seus professores, com ampla participação de toda comunidade escolar. Como profetiza Menegolla, *“o lugar onde o professor não é visto como pessoa, mas simplesmente como um profissional qualquer, deve ser chamado de pensionato, refeitório..., mas não chamem de escola, onde se educa e se ensina”*.

O exercício do poder democrático é um dever da escola e um legado que ela deve deixar para seus alunos e para a sociedade como um todo; esta é sua contribuição para a consolidação da democracia no Brasil. Qualidade na educação será uma realidade quando tratarmos gente como gente deve ser tratada e quando tomarmos a democracia como a base de nossas vivências e relações. ■

Nei Alberto Pies, professor e ativista de direitos humanos. Artigo publicado no Portal EcoDebate (23/11/2012).



CLÍNICA SÃO CLEMENTE

CENTRO DE SAÚDE E BEM-ESTAR

**Consultas Médicas
Pronto Atendimento
Odontologia
Fisioterapia
Nutrição
Psicologia
Medicina do trabalho
Convênios e Particulares**

**R. BARÃO DE LUCENA, 81. BOTAFOGO
TELS: 2286 4600 - 2286 3421 - 2246-3118**

Ouçá a Rádio de Verdade!
www.mancheteonline.com.br

